

FOTO FRED MAGNO/O TEMPO

O TEMPO

Belo Horizonte, fevereiro de 2023

MISSÃO YANOMAMI

A UNIÃO DE ESFORÇOS PARA SALVAR VIDAS

Por dez dias, a equipe de O TEMPO esteve em Roraima para conhecer de perto o drama dos indígenas que morrem de fome e malária e são obrigados a conviver com o horror do garimpo ilegal.

Reportagem especial

VIAGEM AO FUNDO DE UMA TRAGÉDIA

Equipe de **O TEMPO** viaja mais de 7.000 km para o interior da Terra Indígena Yanomami para tentar compreender o sofrimento e a morte de um povo ameaçado pelo garimpo ilegal, pelas doenças e pela violência

LINHA DO TEMPO

Siga o histórico de ameaças aos Yanomami do primeiro contato com não indígenas até o Estado de Emergência em diversas páginas, em peças gráficas vermelhas, circulares como as casas comunitárias shabono deste povo.

■ CYNTHIA CASTRO, CRISTIANA ANDRADE, CARLA CHEIN E FREDERICO DUBOC

A Amazônia é uma terra de superlativos. Em seus 6,7 milhões de km², a floresta retira da atmosfera 340 milhões de toneladas de CO₂. Mesmo dos céus, é difícil ver os limites até onde vai a Terra Indígena Yanomami (TTY), que tem 96,5 mil km². Mas é no fundo dos pequenos olhos negros das crianças Yanomami no Hospital de Campanha instalado na Casa de Saúde Indígena (Casai), em Boa Vista, que se consegue perceber a dimensão da tragédia que se abate sobre seu povo.

Os olhos, cheios de inocência e doçura, sorriem ao primeiro encontro. Brincam sem sossego com aquelas pessoas tão diferentes que chegaram de longe, carregando cadernos, gravadores e câmeras, registrando tudo que ouvem e veem. O olhar dessas crianças transmite a esperança de que tudo vai passar. Mas, mesmo tão jovens, são olhos de quem sofre.

Nos últimos quatro anos, mais de 500 crianças indígenas iguais a elas morreram de malária, pneumonia, gripe ou fome, levadas pelo convívio forçado com a ganância e a violência do garimpo ilegal, que mata, destrói, contamina rios e envenena as relações familiares das comunidades Yanomami em busca de ouro. Uma doença que se alastra há mais de cinco décadas e que somente no último dia 20 de janeiro levaram à decretação de Emergência em Saúde Pública pelo governo federal e à abertura de um inquérito que investiga a gestão de Jair Bolsonaro por genocídio e omissão de socorro.

Como entender essa situação? Como explicá-la? Essas duas perguntas motivaram **O TEMPO** a mobilizar seus esforços e enviar os jornalistas Aline Diniz, Lucas Moraes, Flávio Tavares e Fred Magno em uma jornada de mais de 7.000 km ida e volta até Boa Vista e Surucucu, dentro da Terra Indígena Yanomami, em Roraima. Aline, Lucas, Flávio e Fred empenharam olhos, ouvidos e talento para levar os leitores até onde o alimento tão necessário cai dos céus, lançado pelos aviões da FAB ou entregue nas aldeias por helicópteros do Exército. Onde médicos do SUS ou das Forças Armadas dão o primeiro atendimento e, em frações de segundo, tomam decisões que representam a diferença entre a morte e a vida.

No meio da selva, ao lado do garimpo, nas ONGs ou nos hospitais, os Yanomami relatam histórias de tristeza e dor, mas nunca de vingança. Diferentemente dos não indígenas, eles não se agarram à terra como propriedade ou ao tempo como sequência de dias e anos. Parecem não se apegar ao passado ou ao futuro. O tempo e o local, para os Yanomami, são o aqui e o agora. E aqui e agora é que nós temos que nos comprometer a pôr um fim à tragédia dos Yanomami.

Criança Yanomami come após receber atendimento em centro de saúde próximo a aldeias na serra dos Surucucus

FRED MAGNO/OTEMPO



SEMPRE EDITORA

PRESIDENTE	Laura Mediolli
VICE-PRESIDENTE	Marina Mediolli
DIRETOR EXECUTIVO	Heron Guimarães
EDITORES EXECUTIVOS	Renata Nunes e Juvercy Júnior
COORDENAÇÃO DE JORNALISMO	Flaviane Paixão

ENVIADOS ESPECIAIS

REPORTAGEM: Aline Diniz e Lucas Moraes
FOTOGRAFIA: Flávio Tavares e Fred Magno

COORDENAÇÃO E FECHAMENTO: Cynthia Castro, Cristiana Andrade, Carla Chein e Frederico Duboc
REPORTAGEM: Alex Bessas, Cynthia Castro; Cristiana Andrade; Carla Chein; Raquel Penaforte; Maria Irenilda, Gabriel Rodrigues; Gabriel Ronan e Rodrigo Rodrigues
EDIÇÃO DE FOTOGRAFIA: Daniel de Cerqueira e Mariela Guimarães
DESIGN: Hêlvio Avelar e Rose Braga
INFOGRAFIAS: Acir Galvão, Denver Oliveira e Hêlvio Avelar
ILUSTRAÇÕES: Acir Galvão e Hêlvio Avelar
DIAGRAMAÇÃO: Janaína Panicelli, Reinaldo Dias, Renata Andrezza e Rose Braga
REVISÃO: Luciara Oliveira e Thalita Martins

Fome e morte na selva

CORRIDA PELA SOBREVIVÊNCIA

Atendimento
a bebê desnutrido no
meio da selva retrata
a urgência de socorro
aos Yanomami

Os médicos Gabriela
Mafra e Lucas Marquez
correm para socorrer
o bebê Yanomami

ALINE DINIZ
TERRA INDÍGENA YANOMAMI

“Eu não garanto até amanhã”, desabafa a médica Gabriela Mafra sobre a vida do bebê de 2 meses que acabara de chegar com um quadro grave de desnutrição ao polo de saúde da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), em Surucucu, no interior da Terra Indígena Yanomami em Roraima. Sem vagas no avião da empresa terceirizada contratada pelo Estado, a profissional do Programa Mais Médicos fez um apelo desesperado pela vida da criança para que pudesse embarcar com a família em uma das aeronaves da Força Aérea Brasileira (FAB) em direção ao hospital da capital, Boa Vista.

Este é um exemplo cruel e recorrente da urgência do socorro necessário a todo o povo Yanomami, que vive desde a década de 70 uma tragédia que custou a vida de pelo menos 538 crianças indígenas nos últimos quatro anos e que, no dia 20 de janeiro, finalmente viu decretada situação de Emergência de Saúde Pública.

“Havia aviões da Força Aérea Brasileira (FAB) pousados no aeródromo de Surucucu, e foi solicitada a remoção (resgate) do paciente. Graças a Deus, deu tudo certo”, disse o médico do Exército Lucas Eduardo Thomaz Marquez, que ajudou a obter o sinal verde da FAB para o transporte. Os dois médicos se apressaram para que a família chegasse até a pista localizada em frente ao 4º Pelotão Especial de Fronteira, a dez minutos de caminhada da Sesai. No entanto, não era só o bebê que estava doente. A mãe dele lutava para ficar em pé e com os olhos abertos – ela aparentava um quadro avançado de malária, doença que

fustiga grande parte de seu povo. Dos 11.530 casos de malária em todo o país no ano passado, 9,3% foram em território Yanomami, de acordo com dados do Sistema de Informação de Vigilância Epidemiológica (Sivep), do Ministério da Saúde.

Era uma corrida pela sobrevivência. Um dos médicos segurava o soro da criança, enquanto o outro gritava pela mãe do garotinho em meio aos mais de cem indígenas que se recuperavam ou aguardavam transferência na unidade de saúde. Para chegar rapidamente até a pista e decolar antes do pôr do sol, a médica correu com o bebê no colo, enquanto o médico do Exército se apressou ao lado dela segurando o soro.

No início da pista de decolagem, os dois conseguiram uma carona em uma espécie de moto acoplada a uma carroceria – usada no transporte de alimentos, entre outros – e conseguiram chegar a tempo da decolagem. Até Boa Vista, são 354 km. O tempo de viagem é de aproximadamente uma hora e 40 minutos, dependendo da aeronave.

LUTA CONTRA O TEMPO. Nada é fácil para quem luta contra o tempo para salvar os Yanomami. Júnior Yanomani, presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena Yanomami, é uma das referências que dão confiança aos indígenas resgatados em aldeias mais distantes para que superem o medo de entrar em uma aeronave ou de se separar da família. Ele acompanha os resgates e facilita o trabalho dos profissionais de saúde, já que fala a língua do seu povo e o português.

“É triste, dói bastante ver meu povo Yanomami nesse estado. O governo federal não olhou para nós, a gente

queria somente saúde, a gente só queria segurança para as comunidades, porque a Constituição Federal garante todo tipo de assistência, a gente não estava pedindo favor”, afirmou, enquanto trabalhava na Sesai, naquele 1º de fevereiro.

Minutos antes, a médica havia atendido um idoso que também chegou à Sesai de helicóptero, de alguma aldeia Yanomami da região, e saiu carregado da aeronave “com a pele saindo do corpo”. Em meia hora de permanência no local, **O TEMPO** acompanhou, em 1º de fevereiro, três resgates complexos sendo realizados no polo da Sesai – unidade que atende aproximadamente 14 mil indígenas Yanomami (de 180 aldeias). Por dia, desde o fim de janeiro, uma média de oito pessoas (de todas as idades) precisam ser transferidas de Surucucu para Boa Vista.

TRISTEZA. No olhar, eles carregam a tristeza e a saudade de casa, além do medo de precisar lidar com o “homem branco”. Muitos se escondem das câmeras, mas, na ausência delas, eles ainda conseguem abrir um sorriso cansado para quem chega oferecendo um pouco de afeto.

A solução para a crise humanitária ainda não está bem desenhada, já que novos projetos de combate ao garimpo e expansão dos polos de saúde para aldeias distantes ainda estão sendo construídos.

O respiro no meio do sufoco é a união de voluntários, Forças Armadas, médicos, profissionais de saúde e lideranças indígenas para “estancar” o sangramento. “Essa união de forças do governo federal é uma esperança para nós, é uma felicidade. Fico feliz porque minhas comunidades estão sendo atendidas, a gente está salvando essas crianças”, acrescenta Júnior Yanomami.

Indígena com sinais
de desnutrição é carregado
para helicóptero na
base das Forças Armadas
em Surucucu (RR)

FRED MAGNO/O TEMPO



Alimentos chegam às comunidades por helicópteros e aviões, mas pista danificada afeta posto de saúde

Ajuda humanitária

ESPERANÇA QUE VEM DO CÉU

ALINE DINIZ

TERRA INDÍGENA YANOMAMI

Nas 30 horas que nós, da equipe de **O TEMPO**, ficamos no Território Indígena Yanomami (TIY), o estridente som das aeronaves era o mais comum de se ouvir. O silêncio da floresta só volta com o anoitecer. Afinal, a principal e mais rápida forma de entrar e sair da área é pelo ar. Em Surucucu (RR), a pista de 1.067 m em frente ao 4º Pelotão Especial de Fronteira (PEF) é a única para atender cerca de 14 mil indígenas na região. Chegamos ao posto, a 354 km de Boa Vista, em um helicóptero H-60 Black Hawk – que é muito usado para levar alimentos e remédios para as aldeias, já que ele consegue aterrissar em praticamente qualquer localidade.

Para os Yanomami, a esperança vem dos céus. “Onde a gente não está conseguindo chegar, a gente não está conseguindo salvar”, conta Júnior Yanomani, presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena Yanomami. Antes mesmo de pousar em Surucucu, já é possível ver indígenas Yanomami que vão até o PEF para pedir alimentos, receber atendimento médico ou conviver com os militares.

CRIANÇAS CURIOSAS. Quando o Black Hawk toca o solo e abre as portas, as crianças Yanomami se aproximam da tripulação sem medo. Velhas conhecidas de alguns, elas trocam palavras em português e dão um “oi” em Yanomami. Os pequenos abrem largos sorrisos ao conversar com os “novatos” e demonstram curiosidade para entender os equipamentos, como as câmeras.

“A gente trabalha com o viés humanitário. Em nossas operações, a gente passa por essas comunidades, a gente para, verifica se há alguma necessidade de atendimento médico ou odontológico. Hoje, no pelotão, nós temos um médico

e uma dentista 24 horas. Então, sempre que eles precisam, a gente passa o aviso para que tragam as crianças ou os adultos que estão com necessidade”, explica o comandante do 4º PEF, tenente Luiz Fernando Seixas.

Devido às más condições do pavimento da pista, aviões de grande porte não pousam em Surucucu. Assim, o C-105 Amazonas e o KC-390 Millennium lançam de paraquedas as cargas embaladas de alimentos no aeródromo. Depois, militares do Exército os recolhem e fazem a distribuição entre as comunidades indígenas mais distantes.

O TEMPO acompanhou, no último dia 1º de fevereiro, a distribuição de alimentos na aldeia de Haxiu, que fica a dez minutos de helicóptero do aeródromo de Surucucu. Por meio de um helicóptero, os militares levaram cestas básicas até a aldeia. Após o pouso, os militares carregaram os fardos com sacos de arroz, sardinha enlatada, fubá e farinha de mandioca até um local onde os indígenas já se juntavam para carregar os mantimentos.

As ações em apoio aos indígenas Yanomami tiveram início em 22 de janeiro, e, até o dia 10 deste mês as aeronaves da FAB realizaram 545 horas de voo para diversos lançamentos de cargas, totalizando 82 toneladas de medicamentos e mantimentos. Também foram entregues 4.090 cestas básicas às comunidades. Há 431 militares do Exército e da FAB envolvidos na operação do Comando Operacional Conjunto Amazônia, deflagrado no dia 3.

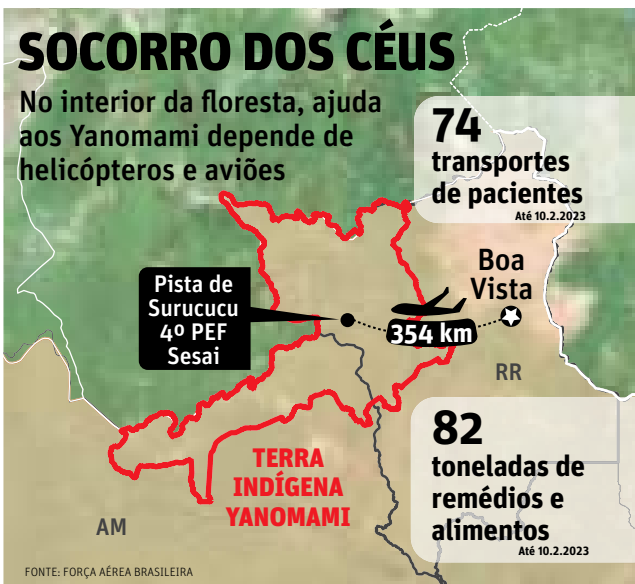
Júnior Yanomami acompanha as equipes. Já que não há muitos tradutores, ele passa o dia voando para comunidades distantes para resgatar doentes. Antes do término da descarga, os indígenas já demonstravam ansiedade para ter acesso aos alimentos. Mulheres, crianças e homens se aglomeraram em volta do tuxaua (lí-



Cargueiro KC-390 Millennium lança de paraquedas carga contendo alimentos e remédios para os Yanomami sobre a pista de Surucucu

der), que tentava colocar ordem na distribuição dos alimentos.

Um dos representantes da comunidade, o indígena Raul, explicou que a chegada da comida traz alegria. A distribuição é feita de maneira igualitária. “Quando vocês trazem comida, a gente fica muito feliz. O tuxaua vai distribuir para as famílias para não haver briga”, contou o Yanomami.



LINHA DO TEMPO YANOMAMI

1787

Primeiro registro conhecido de contato com povos Yanomami

1910

Contatos esporádicos com funcionários do extinto Serviço de Proteção ao Índio (SPI)

1940 a 1960

Envio de equipes do governo para delimitação da fronteira com a Venezuela, abertura de postos do SPI e missões religiosas. Primeiros surtos de sarampo e coqueluche entre os Yanomami

ATENDIMENTO MÉDICO CLAMA POR ESTRUTURA

A dez minutos de caminhada do 4º Pelotão Especial de Fronteira (EPF) está a unidade da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai). É para lá que são levados os casos urgentes de pessoas resgatadas nas aldeias. A unidade de saúde, que tem duas áreas de enfermaria e nenhum local de tratamento intensivo, recebe indígenas o dia todo. Os resgates cessam ao anoitecer, já que as aeronaves não fazem voo por instrumentos.

No período que ficamos na Sesai, presenciamos cinco profissionais correndo entre a área de pouso e a sala de atendimento. Um dia antes, oito novos profissionais do SUS desembarcaram em Surucucu. “Dia 31 de janeiro eram três para atender todos, sendo um médico. Chegaram mais oito, três deles médicos”, contou Júnior Yanomani.

A base de saúde em Surucucu é muito simples. A sala onde é feita a estabilização dos pacientes dispõe de uma maca. Quando chega um helicóptero, enfermeiros e técnicos de enfermagem saem correndo para retirá-los da aeronave. Tudo com a presença de outros cem indígenas, que observam a situação das redes onde se recuperam de doenças como malária, pneumonia, diarreia, desnutrição e desidratação.

SUPERLOTAÇÃO. Os doentes graves são estabilizados e levados para Boa Vista. Isso quando há aeronaves disponíveis e luz do dia. Caso o doente chegue muito tarde, precisa pernoitar na unidade. A Sesai em Surucucu está superlotada, pois tem capacidade para 30 pessoas, e abrigava mais de cem. Na enfermaria havia famílias inteiras. Se uma criança está doente, ela precisa viajar com um parente. Júnior Yanomani ressalta que o número de pacientes graves não está reduzindo desde que a situação de emergência foi decretada – pelo contrário.

A precariedade é visível e desesperadora. Os próprios profissionais de saúde e lideranças indígenas clamam por mais estrutura. Tudo depende, porém, do reparo da pista de voo, que deve levar três semanas para ficar pronta. Por ora, além dos alimentos, até o combustível das aeronaves é lançado por aviões das Forças Armadas. Por isso, muitos falam que as mortes ocorrem por causas evitáveis, já que há conhecimento médico e tecnologia. O que não existe é estrutura. (AD)

SOS Saúde

"SEIS COMPRIMIDOS SALVARIAM UM BEBÊ"

Profissionais de saúde relatam falta de insumos básicos e dificuldades que se arrastam há anos

LUCAS MORAIS

TERRA INDÍGENA YANOMAMI

“O bebê veio a óbito em 18 de dezembro, e a medicação só chegou no dia 21”. O relato de uma técnica de enfermagem, que pediu para não ser identificada, é só um exemplo do drama vivido pelo povo Yanomami e que já se arrasta há décadas. Por mais de um mês, ela atuou em um posto de saúde precário, instalado na região do Parafuri, em Roraima, uma das mais afetadas pelo garimpo ilegal. Entre os dias

que pareciam eternos, a profissional de saúde vivenciou um dos momentos mais marcantes de sua vida: a morte, no seu colo, de um bebê de apenas 2 meses por malária.

Muito debilitada, a pequena indígena foi diagnosticada com malária vivax, a mais comum e raramente mortal. “Qualquer bebê ou criança com menos de 9 kg pode ser tratado com uma medicação específica, e não tinha nenhuma delas no estoque”, conta a técnica. Com os olhos marejados, a mulher diz que solicitou o remédio pe-

los chamados “voos de rotina”, que levam insumos, alimentos e profissionais para as unidades de saúde da terra indígena. Mesmo diante do grave estado de saúde da bebê, os pedidos desesperados não foram suficientes. Nenhum remédio chegou.

“Chamei o pai e a mãe e contei que não tinha a medicação. Pedi para que fossem para a unidade de Surucucu e, inicialmente, relutaram, porque era um polo em que a fome estava muito pior”, acrescenta. Na manhã seguinte, a bebê retornou com fe-

bre muito alta. Quando solicitamos a remoção, já era tarde. Ela começou a convulsionar, o enfermeiro pediu ajuda no rádio, eu com a criança no colo, tentando reanimá-la. Ela voltou por uns 30 segundos, e a mãe segurou, mas logo os batimentos cardíacos pararam. Eles correram para o mato, e eu comecei a chorar, desesperada”, relata.

A lembrança do momento vem junto com o sentimento de indignação. “Com seis comprimidos, eu teria salvado a vida dessa bebê. Tenho certeza de que havia essa me-

dicação, só não mandaram por negligência”, afirma.

Pouco antes da morte da criança, a Polícia Federal realizou operação para investigar o desvio de recursos públicos do Distrito Sanitário Especial Indígena Yanomami (DSEI/Y) – as suspeitas apontam que apenas 30% dos mais de 90 tipos de medicamentos fornecidos para as unidades de saúde estavam sendo entregues. “De uns anos pra cá piorou muito, mas essa crise não é de hoje, vem há mais de 15 anos, e somente agora veio à tona.”

FRED MAGNO/O TEMPO

MAIS DE UMA SEMANA SEM COMUNICAÇÃO

Uma nutricionista, que pede anonimato, atuou por mais de um ano nas comunidades Yanomami. Na região do rio Palimí, ela ficou mais de uma semana sem comunicação com a sede do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) em Boa Vista – o rádio estava quebrado havia mais de seis meses, e o único meio era o orelhão, que pifou. Como quase tudo ao redor é contaminado pelo mercúrio do garimpo, ela chegou a matar a sede com água de chuva. “Há muita dificuldade logística. Às vezes, atrasamos sete dias em uma rotina por causa do deslocamento. Se chover em determinado local, o avião não pousa ou está em manutenção. Para tratar os quadros de desnutrição, havia apenas arroz e farinha. Como você recupera o estado nutricional de uma criança ou idoso? O paciente é acometido de pneumonia, malária. Daí, só com remoção para Boa Vista para ser tratado.”

A unidade de Parafuri integra o sistema do DSEI/Y, que, segundo o Ministério da Saúde, conta com cerca de 800 profissionais, sendo 260 deles indígenas. Criado de forma piloto em 1993, num projeto de melhorias no atendimento de saúde aos indígenas, assiste 31.007 Yanomami de 384 aldeias – o DSEI/Y é estruturado pela Casa de Saúde Indígena (Casai), em Boa Vista, 37 polos-base e 78 Unidades Básicas de Saúde Indígena (UBSI). De acordo com a pasta, por meio de nota pública divulgada no seu site em novembro de 2021, e atualizada um ano depois, os profissionais enfrentam dificuldades logísticas e climáticas; 95% dos acessos são por aeronaves. (LM/Com Cristiana Andrade)



Equipe de saúde cuida de bebê Yanomami no posto de Surucucu

“Nos últimos quatro anos, além dos gestores sem aptidão, o governo federal não ouviu os alertas”

Estêvão Senra
Pesquisador
do ISA

CRISTIANA ANDRADE

O geógrafo Estêvão Benfica Senra, pesquisador do Instituto Socioambiental (ISA) – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) que observa povos indígenas em todo o país – explica que os DSEIs foram criados em 1993 para garantir a atenção básica permanente nos territórios indígenas.

“A ideia era ter em cada UBSI uma equipe

DISTRITO QUE CUIDA DE INDÍGENAS ESTÁ SUCATEADO HÁ ANOS

multidisciplinar em caráter permanente para vacinar crianças, fazer vermifugação em massa, acompanhar grávidas com pré-natal e verificar a nutrição das pessoas, além de identificar infecções respiratórias e malária. Mas, após 2004, assistimos a um processo lento e gradual de degradação do sistema porque ele passou a ser de controlado pela antiga Fundação Nacional de Saúde (Funasa).

Há mais de uma década os DSEIs sofrem sucateamento, segundo o pesquisador do ISA. “A partir de 2010, as coordenações dos distritos passaram a receber indicação de políticos locais, já que os DSEIs executam de forma autônoma recursos da União. Até então, existia um tipo de trans-

parência, e era possível cobrar, minimamente, algum controle social. Nos últimos quatro anos, além dos gestores sem aptidão, o governo federal não ouviu os alertas, e a gestão da pandemia de Covid-19 foi desastrosa”, aponta. Mesmo com aumento de recursos para os DSEIs, as melhorias não foram sentidas.

“Todos os indicadores de viroses, de vacinação, vermifugação e malária pioraram. Teve dinheiro? Teve, mas 30% do orçamento do DSEI Yanomami é para frete aéreo. E é sabido que muitos contratos beneficiam grupos empresariais da região, inclusive, suspeitos de estar envolvidos com o garimpo”, acrescenta.

Outubro de 1970
Criação do projeto Radam (Radar na Amazônia) para coleta de dados de recursos minerais na região

1973
Início da construção da BR-210, que passa onde hoje é a terra indígena e levou a um contato forçado entre Yanomami e operários

1975
Governo militar anuncia a existência de reservas de ouro e cassiterita na serra dos Surucucus, em território Yanomami

1977
Surto de sarampo mata 68 Yanomami na serra dos Surucucus

LINHA DO TEMPO

Infraestrutura

INDÍGENAS TERÃO DOIS HOSPITAIS EMERGENCIAIS

Unidade de Surucucu vai agilizar atendimento a aldeias que são mais isoladas

çou a funcionar no fim de janeiro, quando a tragédia vivida pelos indígenas veio à tona. Agora, uma nova unidade hospitalar está prestes a começar a ser erguida, na região de Surucucu, para

limitar as remoções para Boa Vista, que está a 354 km das comunidades mais remotas.

Porém, para começar as obras, o Exército precisa finalizar a reparação da pista de pouso em Surucucu, bastante avariada, para que os materiais necessários cheguem até o local, já que só podem ser transportados por aeronaves maiores.

Entre pacientes e acompanhantes ainda internados na Casai e no Hospital de Campanha, ainda havia cerca de 600 pessoas até o início do mês. Apesar de todo o drama, em 6 de fevereiro crianças brincavam com o que encontravam pelo chão, enquanto irmãos, pais e mães lutavam, lá dentro, pela própria sobrevivência. A maioria estampava sorriso no rosto e corria em meio aos profissionais de imprensa que rondavam a Casai, à espera da ministra dos Povos Indígenas, Sonia Guajajara.

É dessa inocência dos pequenos Yanomami que exala a esperança de dias melhores para essa população, que levou décadas para ter os pedidos de socorro ouvidos.

Muitos pacientes já tiveram alta, mas as dificuldades logísticas para o retorno à terra indígena tornaram o processo mais lento: a única pista que recebia aviões de maior porte nas imediações da Unidade Básica de Saúde Indígena de Surucucu passa por reparos realizados pelo Exército, com previsão de conclusão em três semanas.

UNIDADES FECHADAS. Na região, três unidades de saúde menores estão fechadas por causa dos conflitos com garimpeiros, o que sobrecarrega o polo-base Surucucu, que atende, em média, de 60 a 70 pessoas por dia e chegou a ser comparado pelo secretário de Saúde Indígena do Ministério da Saúde, Ricardo

Weibe Tapeba, a um campo de concentração. As demandas de remoção e atendimentos atingem níveis elevados — só em janeiro foram retirados mais de 220 indígenas.

“Estamos sofrendo com muitas fragilidades, a questão da desnutrição e da malária, que é um agravo e muito preocupante, e hoje o nosso distrito busca alternativas junto ao Ministério da Saúde e demais pastas para encontrar estratégias e solucionar os problemas”, diz o apoiador de saúde do DSEI Yanomami de Roraima Thiago Bonates.

LUCAS MORAIS

TERRA INDÍGENA YANOMAMI

Em meio às tendas de lona instaladas ao lado da Casa de Saúde Indígena (Casai), em Boa Vista, levantadas para auxiliar a ampliação do atendimento aos Yanomami, o Hospital de Campanha erguido pelo Exército come-

REFERÊNCIA PARA 150 COMUNIDADES

■ O 4º Pelotão Especial de Fronteira fica localizado na região de Surucucu, onde está uma das bases de saúde indígena. Este local é um dos mais importantes pontos da FAB na região e também do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SasiSUS), pois é referência para 14 mil indígenas e 150 comunidades do Território Indígena Yanomami, distante 354 km de Boa Vista.

Yanomami caminha com o filho nas imediações do Hospital de Campanha, montado em Boa Vista



FLÁVIO TAVARES/O TEMPO

PELOTÃO DE FRONTEIRA TEM ATENDIMENTO 24 HORAS

✱ Mulheres e homens do Exército brasileiro que servem no 4º Pelotão Especial de Fronteira, localizado na região de Surucucu, a 354 km de Boa Vista, são, para milhares de indígenas que vivem em áreas mais remotas, ao lado de um dos polos-base da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), uma referência quando o pedido de ajuda aperta ou a saúde está debilitada.

Um médico e uma dentista ficam na base 24 horas.

O médico e segundo-tenente Lucas Eduardo Thomaz Marquez está no pelotão desde abril de 2022 e conta que, no início, a interação foi complicada. “Não conhecia as palavras direito nem a formação de frases. Então, fazia mímica. Conforme me aproximei, aprendi algumas palavras para realizar as consultas”, conta.

Segundo ele, o pelotão sempre prestou esse apoio à Sesai nos casos mais graves. “Nesse último ano, percebi maior incidência de casos de pneumonia, desidratação e desnutrição, além de traumas por arma branca, como pedaços de pau”, revela.

Para a dentista Helen Almeida, 31, tenente baseada em Surucucu há um ano, houve aumento de ca-

sos de dor de dente entre os indígenas. “As dores geralmente são causadas por cáries, que têm chegado em estágio agravado. É devido à alimentação, que antes era mais saudável, pois a caça e a pesca eram mais rotineiras. Hoje, eles têm comido alimentos com conservante”, diz. (Aline Diniz)

“Nesse último ano, percebi maior incidência de casos de pneumonia, desidratação e desnutrição, além de traumas por arma branca, como pedaços de pau”

Lucas Eduardo Thomaz
Médico e segundo-tenente no PEF

Hospital infantil

"SE ESPERASSE MAIS, ELAS MORRERIAM"

LUCAS MORAIS

TERRA INDÍGENA YANOMAMI

No olhar de cada mãe ao lado das redes da enfermaria do Hospital da Criança Santo Antônio, em Boa Vista (RR), o sentimento após dias de desespero é o de gratidão. Apesar de não falarem português, não é difícil entender a agonia por testemunharem a vida dos próprios filhos pequenos por um fio.

"Alguma coisa faltou, não posso confirmar o quê, mas sei que faltou (para contribuir para o estado grave de saúde). Uma criança que chega aqui desnutrida é porque passou fome, e é muito triste ver o pai e a mãe passando pela mesma situação", conta a diretora geral da unidade, Francinete Rodrigues.

Em um único dia, o hospital recebeu 13 bebês e crianças indígenas de uma só vez, a maioria com quadros de desnutrição e doenças como pneumonia e malária. "Ainda bem que, no momento em que vieram, tínhamos leito e conseguimos internar", frisa.

Matheus Sanõma, 53, é uma das lideranças dos Sanõma, povo Yanomami que habita a região do rio Auris, no extremo noroeste de Roraima. Os Sanõma também são extremamente afetados pela crise humanitária. No início de janeiro, Matheus precisou se mudar às pressas com as duas netas para Boa Vista, com o objetivo de salvar as vidas das pequenas. Além da desnutrição, as duas meninas estavam com malária.

"Se eu esperasse mais uma semana, elas morreriam", diz. A mudança da família para a capital apenas foi possível por causa da corren-



As duas netas de Matheus Sanõma com a avó, Larissa Sanumá

FLÁVIO TAVARES/O TEMPO

te de solidariedade encabeçada por Mimika Sanumá.

Grças a uma vaquinha, foi possível arrecadar dinheiro suficiente para fretar o avião para a capital e ainda alugar uma casa, onde ficaram os 14 membros da família, que acompanharam o tratamento das pequenas. Uma das meninas che-

gou a ficar internada no Hospital da Criança Santo Antônio. "Estavam quase carne e osso", conta Matheus Sanõma a O TEMPO, com a ajuda de Mimika Sanumá, que atuou como intérprete durante a entrevista. As crianças já receberam alta, mas a família ainda se encontrava em Boa Vista no início deste mês.

Taxa de ocupação dos leitos de UTI na única instituição do Estado chegou a superar 70% no último mês

"Eles dormem nas redes, não dormem nas camas". A explicação é dada pela diretora geral do Hospital da Criança Santo Antônio, Francinete Rodrigues. Ela ressalta que é um cuidado tomado para adaptar as instalações hospitalares à cultura local. Há anos as enfermarias recebem os indígenas dessa forma. (LM)

"NÃO É IMPROVISO"



ALAN CHAVES/AFP - 24.1.2023

DESNUTRIDOS, BEBÊS PESAM METADE DO QUE DEVERIAM

Relatos de profissionais de saúde mostram a tragédia causada pela crise humanitária vivida pelo povo Yanomami: bebês indígenas que deveriam pesar mais de 6 kg com apenas 3 kg, crianças de 7 anos que aparentam não ter nem 3 de tão desnutridas. Geralmente, segundo Francinete, os Yanomami ficam internados por um tempo maior no hospital devido ao estado de desnutrição.

Passados os dias angustiantes na Unidade de Terapia Intensiva (UTI), os pequenos são encaminhados para as enfermarias. Em uma delas, um menino de aproximadamente 5 anos – depois de dias lutando para sobreviver – brinca ao lado da irmã. É o exemplo de

que, chegando a tempo, o atendimento médico pode salvar uma vida.

Levantamento do Ministério dos Povos Indígenas divulgado no fim de janeiro revela que pelo menos 538 crianças com menos de 5 anos morreram no território Yanomami por causas evitáveis nos últimos quatro anos, quando a crise se acentuou.

Das 55 crianças indígenas internadas na primeira semana de fevereiro, 45 eram Yanomami. A ocupação dos leitos de UTI chegou a superar 70% no último mês. "Estamos vendo a possibilidade de aumentar os leitos de UTI, porque temos essa necessidade", explica a diretora do hospital. (LM)

ENTREVISTA

Francinete Rodrigues, diretora geral do Hospital da Criança Santo Antônio, em Boa Vista, fala sobre o atendimento a Yanomami

Como é a comunicação com as famílias Yanomami? Em nosso Estado, temos um número grande de indígenas, então hoje temos um tradutor que consegue entender e transmitir para a gente. Por isso, não temos problemas de comunicação com eles.

E quanto ao atendimento? O hospital já é preparado para receber esse tipo de paciente. Temos um bloco com duas enfermarias, e uma delas é de redes, porque eles dormem em redes e gostam. O banheiro

também é adaptado para eles, como usam no formato da aldeia. Quanto à alimentação dos indígenas, os nutricionistas também preparam (os alimentos) conforme o hábito deles, o que são acostumados a comer. O intérprete é importante, caso contrário não conseguiríamos nos comunicar.

Como é lidar com esse aumento na demanda? É uma situação que não deixa de ser preocupante, por conta do número de leitos, mas até hoje temos conseguido atender. Temos um problema também com alguns venezuelanos. O Estado tem recebido muitos refugiados. Nós os atendemos também, fazemos fronteira com dois países, que é a Venezuela e a Guiana. E há ainda 14 municípios no Estado, e todos (os pacientes deles)



FLÁVIO TAVARES/O TEMPO

município?

Com certeza, estamos passando mais uma vez por uma situação delicada. (Além da crise dos Yanomami), hoje temos os venezuelanos que chegaram e tiveram filhos aqui, que são brasileiros. Não estávamos preparados para aquele momento, eles não param de chegar, e agora com essa situação indígena, que vem aumentando a cada dia... Impacta muito. (LM)

Qual é o impacto para a saúde do

1978

Criação da Comissão do Parque Yanomami (CCPY)

Março de 1979

Rio Doce Geologia e Mineração, subsidiária da Companhia Vale do Rio Doce, inicia prospecção na região e alerta sobre "presença de elementos estranhos entre os indígenas"

Maio de 1979

Funai se posiciona contra garimpo na serra dos Surucucus

1979

Início da atuação da ONG Survival Internacional sobre denúncias à Organização dos Estados Americanos e à Organização das Nações Unidas, em parceria com o xamã Davi Kapenawa Yanomami

Assistência indígena

GOVERNO TERCEIRIZA MÃO DE OBRA DA SAÚDE VIA ONGS

FRED MAGNO/O TEMPO

■ GABRIEL RODRIGUES

Desde o início dos anos 2000, o governo federal gasta bilhões de reais com Organizações Não Governamentais (ONGs) responsáveis por contratar profissionais de saúde para atender as comunidades indígenas, inclusive o povo Yanomami. Sozinha, a principal delas, a Missão Evangélica Caiuá, recebeu cerca de R\$ 3 bilhões desde 2014, segundo o Portal da Transparência. Entre 2019 e 2023, foram R\$ 900,3 milhões – R\$ 182 milhões direcionados à saúde Yanomami, dos quais R\$ 155 milhões foram gastos em quatro anos, segundo o presidente da organização, Geraldo Silveira Filho. Mesmo com uma cifra considerável, o dinheiro não se reverte em saúde na prática para os povos originários.

“É um dinheiro que não se traduz em saúde”, afirma Silveira Filho, que é reverendo da Igreja Presbiteriana do Bairro Belvedere, na região Centro-Sul de Belo Horizonte, a quase 3.000 km de Roraima, epicentro da crise dos Yanomami. Todo o recurso disponibilizado pelo governo, explica ele, é direcionado ao pagamento de pessoal, contratado a partir de edital de seleção com prova.

“A Missão Caiuá não põe a mão em um centavo desse dinheiro, ele fica no Sistema de Convênios (Siconv). Somente com autorização do coordenador do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) a Missão Caiuá pode colocar despesa lá”, afirma o presidente da entidade.

A Missão Evangélica Caiuá foi fundada em 1928, pelo pastor norte-americano Albert Maxwell, e, desde então, garante prestar serviços de saúde a indígenas. Ela também



Somente para uma das instituições, governo repassou mais de R\$ 4 bilhões

Profissionais de saúde fazem atendimento a indígena adulto com desnutrição no Distrito Sanitário Yanomami

MISSÃO CAIUÁ

↘ Apenas a Missão Caiuá tem cerca de 4,7 mil funcionários, 803 para atender exclusivamente os Yanomami.

↘ O edital mais recente, de 2022, previa salários que variavam de R\$ 1.692,62 para assistente de saúde bucal a R\$ 10.719,98 para geólogos e engenheiros, por 44 horas semanais.

↘ O salário de médico, com jornada de 22 horas semanais, é de R\$ 8.815,77.

mantém o Hospital Porta da Esperança, em Dourados (MS), sua cidade-sede, com atendimento público.

O modelo de convênio, em que o Ministério da Saúde firma um acordo com instituições filantrópicas para ter mão de obra, começou em

2000. Foi uma forma, avalia Geraldo Silveira Filho, de atrair mais profissionais para a saúde indígena, pois muitos concursados que passavam nos processos seletivos do Sistema Único de Saúde (SUS) para atuar em regiões remotas pediam

transferência para áreas mais urbanas após um tempo de experiência. As organizações contratam apenas os profissionais, porém não são responsáveis por adquirir medicamentos, por exemplo. Essa atribuição é do Ministério da Saúde.



VIDEOPRESS PRODUTORA

Sede da Igreja Presbiteriana do bairro Belvedere, em BH, ligada à ONG Caiuá

OUTRO LADO

■ O TEMPO procurou em 3 de fevereiro o Ministério da Saúde para entender o convênio com a Missão Caiuá, entidade de cunho religioso ligada à Igreja Presbiteriana do Brasil. Uma das questões era compreender o que a credenciou junto à Pasta para prestar serviço de seleção e alocação de mão de obra na área de saúde em comunidades indígenas. O ministério se limitou a informar que “mantém Termo de Convênio com a Missão Caiuá, para complementar atividades da Sesai junto aos povos indígenas, no qual estão inclusos a contratação das equipes de saúde, apoio ao controle social, apoio às práticas integrativas e à educação permanente”. Informou que desde 2011 repassou mais de R\$ 4,2 bilhões à entidade. Questionado sobre providências tomadas frente a denúncias de que desde 2004 há desmonte gradual da DSEI Yanomami, o ministério se calou.

PESQUISADOR DA FIOCRUZ DEFENDE CONCURSO PÚBLICO

✱ Pesquisador da Escola Nacional de Saúde Pública da FioCruz e com experiência em atendimento médico aos Yanomami, Paulo Basta critica o modelo atual de contratação de mão de obra. “Ele faz parte da crise em que chegamos. Há certa acomodação do sistema e das organizações que recebem todo esse recurso. É um dos gargalos, mas não o único. O número de profissionais é insuficiente e existe uma grande rotatividade deles, porque o problema é estrutural, devido à infraestrutura precária no território”, avalia.

“Com o tempo, ainda nos primeiros mandatos de Lula, houve uma caça às bruxas e auditorias em ONGs, e muitas quebraram, mudaram CNPJs, e isso fez com o que governo concentrasse os convênios em poucas organizações, como a Caiuá, que ganhou protagonismo que foi só aumentando ao longo da primeira década dos anos 2000”, comenta o pesquisador. A ONG chegou a ser respon-

sável pela contratação de pessoal de 19 dos 34 DSEIs existentes. Em 2018, na renovação dos convênios, reduzir o número para nove e, agora, diz planejar diminuir ainda mais, em meio às dificuldades para trabalhar.

INFRAESTRUTURA. Paulo Basta defende a abertura de concursos públicos atrativos para manter profissionais no atendimento indígena. “Se não houver infraestrutura de trabalho e aumento de equipe, não adianta ter servidor público e jogá-lo nesse caos, porque vai continuar ruim. O ambiente de trabalho é absolutamente precário, são postos de saúde que são casebres caindo ao pedaços”, diz.

Há cerca de 80 postos de trabalho vagos apenas no território Yanomami, diz Silveira Filho, da Missão Caiuá. “Estamos defasados e precisamos de mais médicos e enfermeiros. Alguns profissionais, com a dificuldade de ir às aldeias e o risco que têm, pedem demissão”, justifica. (GR)

Novembro de 1983

Decreto 88.985, do então presidente João Batista Figueiredo, abre território indígena para mineração

Maio de 1986

Romero Jucá assume a presidência da Funai e, segundo a Comissão da Verdade, autoriza cerca 400 alvarás para pesquisa e exploração mineral na região

1987

Início da “Corrida do Ouro” com a invasão de 40 mil garimpeiros na região e morte de 20% da população Yanomami por doenças ou causas violentas

LINHA DO TEMPO

Ação oficial

VOLUNTÁRIOS CHEGAM
A CONTA-GOTAS

■ LUCAS MORAIS
TERRA INDÍGENA YANOMAMI

No início de fevereiro, quem caminhava pelo Hospital de Campanha e Casa de Apoio à Saúde Indígena (Casai), em Boa Vista (RR), e observava o ir e vir de Yanomami, militares fardados e enfermeiros não conseguia ver onde estavam os mais de 22 mil inscritos no cadastro de voluntários para a Força Nacional do SUS somente nas primeiras 24 horas de chamado. A resposta recorde à abertura de vagas anunciada pelo Twitter pelo presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, no dia 22 de janeiro representou um crescimento de 700% nos voluntários em relação a todo o dezembro.

Contudo, os novos integrantes só começaram a chegar 12 dias depois. Ao todo, cerca de 0,2% daqueles inscritos inicialmente. Os 62 médicos, enfermeiros e outros profissionais da área fizeram treinamentos sobre características culturais dos indígenas e atualizações sobre procedimentos clínicos na Universidade Federal de Roraima.

Em coletiva de imprensa, no dia 6, a ministra dos Povos Indígenas, Sonia Guajajara, disse que limitações logísticas dificultaram a convocação dessas equipes. “Estamos, também, restringindo esse voluntariado que tem chegado de todos os lugares. Tem uma ansiedade, uma vontade de ajudar, mas a base aqui e o movimento indígena local precisam também de tempo para organizar o apoio que está chegando”, pontua.

A expectativa era que, dentro de alguns dias, eles começariam a atender. “Os médicos que vão chegar da Força Nacional do SUS, nos próximos dias, vão para as comunidades”, disse Júnior Yanomami, presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena Yanomami.

A reportagem de O TEMPO, questionou o Ministério da Saúde sobre a chegada dos membros da Força Nacional do SUS à Terra Indígena Yanomami. A assessoria informou que confirmou o envio dos 40 profissionais em 3 de fevereiro. Mas, até o fechamento deste caderno, não havia respondido se as comunidades locais haviam sido consultadas sobre as dificuldades de estrutura, hospedagem e transporte para milhares de voluntários até a região.

Entre médicos, enfermeiros,

nutricionistas, farmacêuticos e assistentes sociais, os membros da Força Nacional do SUS vão integrar nove grupos multidisciplinares para atendimento no Hospital de Campanha, em Boa Vista, e jornadas em postos nos territórios indígenas Surucucu, Auari e Missão Catrimani na busca ativa de pacientes.

Pesquisador da Escola Nacional de Saúde Pública da Fiocruz e com experiência em atendimento médico aos Yanomami, Paulo Basta ressalta que a deficiência no atendimento médico aos indígenas é um problema estrutural. “Hoje em dia, com algumas obras de infraestrutura, há estruturas minimamente apropriadas. Mas, na terra Yanomami, são 9 milhões de hectares, 384 comunidades e só 78 postos de saúde. São 37 polos-base de saúde, e alguns têm estrutura mais ou menos, mas a maioria é precária. O primeiro ponto é ter infraestrutura”, avalia.

Desde o começo do ano, o governo federal tem feito uma série de medidas: uma equipe de técnicos do Ministério da Saúde desembarcou em Roraima em 16 de janeiro para fazer um diagnóstico das condições de saúde dos indígenas da região.

Ações emergenciais foram tomadas em janeiro, como a instalação do Hospital de Campanha no terreno da Casai, com os casos mais graves levados ao hospital em Boa Vista. Milhares de cestas básicas começaram a ser distribuídas, por via aérea, às comunidades, e as crianças também receberam suplementação.

Com relação à logística de distribuição, a estimativa do governo federal era que as reformas na pista de Surucucu, em território Yanomami, ficariam prontas ainda em fevereiro. (Com Gabriel Ronan e Gabriel Rodrigues)



Sonia Guajajara, ministra dos Povos Indígenas e Júnior Yanomami, do Conselho Distrital de Saúde Indígena



Militar do serviço de saúde carrega criança Yanomami para atendimento no Hospital de Campanha, em Boa Vista

Dos 22 mil que responderam ao chamado da Força Nacional do SUS, só 62 haviam desembarcado

GOVERNO BOLSONARO É INVESTIGADO POR GENOCÍDIO

■ Em 25 de janeiro, a Polícia Federal abriu inquérito para investigar denúncias de omissão de socorro e genocídio na crise humanitária na Terra Indígena Yanomami. No dia 30, o ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), assinou petição para ordenar investigação por crime de genocídio contra o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Barroso cita que a apuração cabe à Procuradoria Geral da República,

ao Ministério Público Militar, ao Ministério da Justiça e Segurança Pública e à Superintendência Regional da Polícia Federal de Roraima. Em 8 de fevereiro, a Advocacia Geral da União foi notificada.

Na decisão, Barroso cita sete casos de omissão, parcial ou total, daquela gestão para garantir a segurança dos Yanomami. Entre elas, a não participação das Forças Armadas em uma operação para combater o garimpo ilegal em Ro-

raima, sob alegação de falta de Orçamento a três dias da ação.

O STF também destaca a retirada irregular de 29 aeronaves apreendidas pela Polícia Federal em Roraima, que deveriam ter sido destruídas, mas foram novamente avistadas com os criminosos. Outro ponto é a não execução do chamado “Plano Sete Terras Indígenas”, homologado pela Justiça para retirada de invasores das terras indígenas. (Gabriel Ronan)

Quem são eles?

UM POVO QUE BUSCA IGUALDADE E UNIÃO

Considerados caçadores-agricultores, Yanomami se dividem em mais de 384 aldeias em Roraima

ALINE DINIZ

TERRA INDÍGENA YANOMAMI

▶ Não há uma só definição para o povo Yanomami. Eles são vários e se dividem em muitas comunidades, algumas, inclusive, completamente desconhecidas. Em Roraima, nas proximidades de Surucucu, o líder dos indígenas é chamado de “tuxaua” – que é o morador mais velho da aldeia. É ele quem divide as tarefas, antes mesmo do amanhecer, e coordena a caça, a coleta e a agricultura. Os Yanomami acreditam fortemente na igualdade entre as pessoas. Cada comunidade é independente das outras, e eles não reconhecem “chefes”. As decisões são tomadas por consenso, após longos debates, em que todos têm o direito à palavra.

Porém, segundo uma liderança indígena ligada à Funai, que pediu anonimato, apesar de o regime desse povo ser patriarcal, o tuxaua ouve a comunidade, inclusive as mulheres mais velhas. “O homem é quem tem a voz, mas as mulheres mais velhas ajudam. Elas dão ideias sobre o que caçar e participam dos diálogos”, conta. Quando o líder vai repassar as tarefas, o momento mais parece um diálogo do que uma imposição. Apesar de haver um líder, os Yanomami são coletivistas.

Inserido 100% na bacia do rio Negro e no bioma amazônico, o Território Indígena Yanomami (TIY) é habitado por oito povos – isolados e não isolados. As comunidades estão espalhadas em mais de 9,6 milhões de hectares, demarcados legalmente pelo governo federal em



Os Yanomami são considerados coletivistas, patriarcais, mas mantêm suas individualidades

1992. Os indígenas não isolados no TIY são os Yanomami e os Ye'kwana, divididos em 384 aldeias, segundo dados do Centro de Operação de Emergências Yanomami (COE), criado em 20 de janeiro, por meio da portaria de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (Espin) para a região. O COE está sob a aba do Ministério da Saúde.

Entre os seis grupos isolados, apenas um está confirmado. “Quando se fala de grupos isolados, quer dizer que o grupo não tem nenhum contato regular com a sociedade não indígena. A maior parte nunca viu um não indígena. Acreditamos que esses outros cinco grupos habitem o TIY com base em vestígios e relatos dos outros povos que já mantêm relação com a sociedade não indígena”, explica o geógrafo e pesquisador do Instituto Socioambiental (ISA) Estêvão Benfica Senra.

CRESCIMENTO POPULACIONAL. As aldeias Yanomami estão espalhadas entre municípios dos Estados de Roraima e do Amazonas – Alto Alegre (RR); Amajari (RR); Barcelos (AM); Caracaraí (RR); Iracema (RR); Mucajaí (RR); Santa Isabel do Rio Negro (AM); e São Gabriel da Cachoeira (AM). A população no TIY é de 31.007 indígenas. Os dados são do COE. (Com Cristiana Andrade)

RELAÇÕES

● As famílias são formadas por pessoas do mesmo laço e os entre si. Os casamentos consanguíneos são comuns.

● “As relações sexuais ocorrem em suas redes, sob o manto da privacidade do escuro da noite, mas preferencialmente fora da casa, na floresta ao redor da comunidade, na roça ou durante expedições na floresta”, diz o antropólogo Marcelo Moura, doutorando em antropologia social pelo Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

“SHABONOS” ABRIGAM FAMÍLIAS E FOGUEIRAS

✱ Conhecida como uma sociedade de caçadores-agricultores, a terra para os Yanomami tem relevância ímpar, pois condiciona todas as atividades sociais a ela. Esse povo vive em grandes casas comunais circulares, chamadas de “yanos” ou “shabonos” – algumas podem acomodar até 400 pessoas. A área central é usada para atividades coletivas, como rituais, festas e jogos. Embora haja dados compilados, o número de indígenas que ocupam as aldeias varia de acordo com a região.

A shabono é erguida com folhas de palmeiras e madeira. O chão é de terra batida, e as estruturas em madeira abrigam redes que são agrupadas de maneira piramidal. Os grupos familiares se mantêm unidos, e os mais novos ganham redes “em cima” dos mais velhos. O número de crianças por família, em geral, é grande.

As aldeias são construídas em formato circular e cônico ou retangulares. A maneira como convivem essas aldeias, entretanto, respeita regras estabelecidas por todo o território. O espaço de floresta usado por cada casa-aldeia Yanomami pode ser descrito como uma série de círculos, que delimitam áreas de uso de modos distintos”, diz trecho do material do ISA disponível no site da organização. (AD/CA) (Veja infográfico ao lado)

TAREFAS SÃO DIVIDIDAS POR GÊNERO

■ Como na maioria dos povos amazônicos, as tarefas são divididas por gênero – homens caçam; mulheres cuidam da agricultura. Os homens saem munidos de arco e flecha para acertar animais como pacas e porcos-do-mato, macacos e tatus. Muitas vezes, usam o curare (extrato de planta) para envenenar suas presas. Embora as caças equivalham a apenas 10% da alimentação Yanomami, a prática é bastante prestigiada, e a carne, muito valorizada por todos.

Uma curiosidade é que nenhum caçador come a carne do animal que matou. Ele a com-

partilha entre amigos e familiares e, em troca, receberá a carne de outro caçador.

Encarregadas das roças, as mulheres plantam banana, mamão, cana, mandioca, inhame, cará e pupunha.

Um forte aspecto na cultura Yanomami é o artesanato – eles tecem redes e balaies, usados para carregar alimentos ou na troca com outras aldeias. As mulheres fazem ainda adereços para o embelezamento. Sobre as pinturas que alguns fazem no corpo, a liderança da Funai revela que os símbolos têm relação com a proteção individual de cada um. (AD)

Artigo 221 da Constituição Federal garante o direito à demarcação de terras indígenas

1991

Início da demarcação das terras indígenas Yanomami

Abril de 1992

O então deputado Jair Bolsonaro apresenta projeto de decreto legislativo para revogar a demarcação por motivos de segurança territorial (arquivado pela Câmara em fevereiro de 1995)

25 de maio de 1992

Homologação da Demarcação das Terras Yanomami pelo então presidente Fernando Collor de Melo

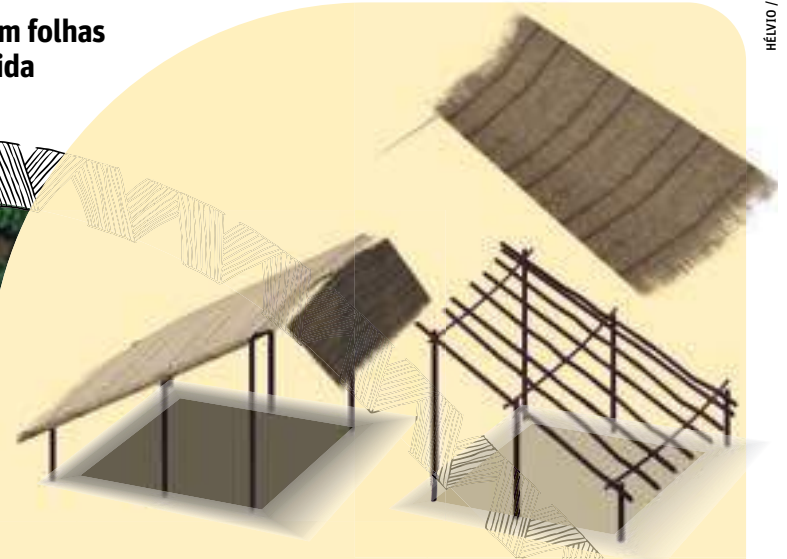
LINHA DO TEMPO

MOdo DE VIDA YANOMAMI

**Território
Yanomami**



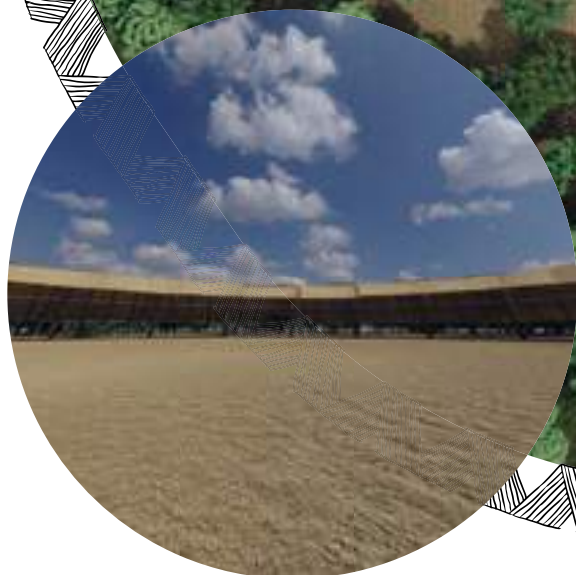
A shabono, ou yano (ou maloca), é erguida com folhas de palmeiras e madeira; o chão é de terra batida



As estruturas são extremamente simples, mas incluem vários detalhes que as tornam funcionais; por exemplo, a cobertura é composta por duas partes, uma exterior que cobre a zona habitacional e que se inclina para fora, e outra interior que se inclina para dentro, sobreposta para evitar que a chuva penetre no interior.



Algumas shabono podem acomodar até 400 pessoas – a área central é usada para atividades coletivas, como rituais, festas e jogos



A SOCIEDADE DE UMA ALDEIA É DISPOSTA POR CÍRCULOS TERRITORIAIS COM DIVISÕES DISTINTAS

As estruturas da shabono abrigam redes, agrupadas de maneira piramidal para acomodar todo núcleo familiar no mesmo local – os mais novos ganham redes “em cima” dos mais velhos;

Cada família tem sua própria fogueira, dentro da shabono, onde o alimento é preparado; à noite, o fogo aquece as pessoas;

Eles usam igarapés (pequenos riachos) próximos à aldeia para tomarem banho;

O primeiro círculo, num raio de cinco quilômetros, é para uso imediato da comunidade: onde estão as plantações de mandioca, banana e outros cultivos

O segundo, num raio de cinco a dez quilômetros, para caça individual e coleta familiar

O terceiro círculo, num raio de dez a vinte quilômetros, é a área para caças coletivas, expedições plurifamiliares de coleta e caça.

Coletividade

MULHER YANOMAMI LUTA PELO SEU POVO

Líder indígena
explica que a
defesa delas é por
interesses coletivos

23 de julho de 1992

Garimpeiros invadem a comunidade de Haximu, em Roraima, e assassinam 12 Yanomami. Um mês antes, haviam matado outros quatro indígenas que haviam levado para caçar. O episódio ficou conhecido como “massacre do Haximu”, o primeiro e único julgamento de genocídio no Brasil

Novembro de 1996

Congresso discute o Projeto de Lei 1.610, do então senador Romero Jucá, para permitir mineração em território indígena

LINHA DO TEMPO

■ CARLA CHEIN

“Suwe míxia hiakawe to-tihiwe” ou, traduzindo do Yanomami, “lute como uma mulher indígena”. A referência ao slogan amplamente conhecido entre os não indígenas foi adotada durante um dos encontros, nos últimos dois anos, de mulheres indígenas de diversas etnias no Amazonas. Não deve, no entanto, ser interpretada como um movimento feminista. “Nós, mulheres indígenas, lutamos muito pelas causas coletivamente”, explica Erica Vilela Figueiredo,

do, 32, presidente da Associação das Mulheres Yanomami Kumirayoma (Amyuk), em entrevista a **O TEMPO**. A luta da mulher Yanomami, reforça Erica, é pelo seu povo, por suas crianças, por seu território, por sua cultura.

Na associação, Erica quer “fortalecer a política das mulheres no movimento indígena, ter participação coletiva e (promover) diálogos na defesa dos povos (originários)”. “Tô com cento e poucas (mulheres Yanomami) que participam das reuniões. Nem todas têm essa valorização (consciência)”, diz. Uma das dificuldades, conta Erica, é fazer

com que as irmãs participem dos debates, já que elas têm muitas responsabilidades: cuidam dos filhos, colhem frutas e outros alimentos, trabalham nas roças e produzem cestarias que, além de darem retorno financeiro, divulgam a causa indígena.

A presidente da Amyuk assumiu a associação quando estava na quinta gestação. “Tenho cinco filhos. Sou de Maturacá, povo Yanomami, perto do Pico da Neblina, no Amazonas”, diz. À frente do movimento das mulheres Yanomami do Amazonas e de Roraima, ela conta que busca liderá-las no trabalho de cestarias e biojoias.

Entrevistar a líder Yanomami, que se encontrava em São Gabriel da Cachoeira (AM) – a mais de 3.300 km de Belo Horizonte e a 504 km da aldeia Surucucu (RR), onde esteve a equipe de **O TEMPO** –, não é tarefa fácil. Ela tem telefone celular, mas o sinal na região é ruim. “Tenho um tiquinho de internet”, justifica ela, ao pedir um prazo para responder às perguntas. O diálogo

go, por isso, é feito aos poucos, dependendo do sinal disponível.

Conversamos, pela primeira vez, no dia 1º de fevereiro e combinamos que a melhor maneira seria a reportagem mandar as perguntas por áudio, devido às limitações da comunicação. Atenciosa, ela conseguiu responder apenas por escrito, seis dias depois. A distância, a internet e as diferentes línguas que dificultam a entrevista servem de alerta para os obstáculos nos quais a luta Yanomami esbarra.

Uma luta que envolve defender o território indígena para garantir o sustento e a vida dos povos originários e proteger a vida de suas crianças, o futuro dos Yanomami. “Pra gente, é muito importante, porque eles que são o futuro, né? Nossas crianças que poderão lutar pelo próprio povo, por isso nossa maior preocupação é com eles, né? Pois nós, como mães e pais, não queremos perder nossos filhos por doenças como a malária, com desnutrição. É is-

so”, conclui.

Questionada sobre como as mulheres Yanomami veem a chegada simultânea de três indígenas ao poder em Brasília – Sonia Guajajara, Joenia Wapichana e Célia Xakriabá –, Erica responde: “É um avanço dos povos originários. Cada um de nós teve muita luta, por isso essas três mulheres estão no poder”. Para encerrar, uma pergunta não menos importante: como a mulher Yanomami quer ser vista? “Então, nós queremos que o mundo nos respeite como mulheres indígenas originárias, povo da floresta”.

“A noção de luta de gêneros, de agenda feminista não se aplica às mulheres Yanomami”.

Alcida Rita Ramos

Antropóloga e professora emérita da Universidade de Brasília (UnB), que dedicou 50 dos seus 85 anos ao estudo do povo Yanomami

CRIME SEXUAL SE ESPALHA POR TODA A REGIÃO

■ Os estupros de meninas e mulheres Yanomami e outras violências a que as irmãs são submetidas por garimpeiros ilegais em Roraima também ocorreram na terra indígena dos Yanomami no Amazonas.

“Em toda a região está acontecendo essa violência, tanto estupro, garimpeiros casando com as meninas menores de idade, engravidando. Isso é no território todo que está aconte-

tecendo”, explica Erica Vilela Figueiredo, presidente da Associação das Mulheres Yanomami Kumirayoma (Amyuk).

“Mas, pela nossa força – tivemos duas assembleias para combatermos juntos isso – saíram documentos, fizemos denúncias, e agora não tá mais havendo isso aqui, no Amazonas, não. Com a articulação, não teve mais queixa”, conta a presidente da associação. (CC)

Yanomami, acompanhada de criança, carrega alimentos para casa. Luta da mulher indígena é por sua cultura, seu território e seu povo

Violência

ESTUPRO POR GARIMPEIROS
LEVA MEDO À FLORESTA

“Vocês não peçam nossa comida à toa! É evidente que você não trouxe sua filha! Somente depois de deitar com tua filha eu irei te dar comida!”

Trecho ligado à atuação de garimpeiros relatado por indígenas

Vítimas de aliciamentos e estupro, mulheres e meninas têm liberdade arrancada de si em seu próprio território

“Se você fizer deitar sua irmã comigo, sendo que você é o irmão dela, eu vou pagar para você cinco gramas (de ouro). Faça o que eu digo! Se você quiser cachaça, eu vou dar também cachaça.”

Fala de garimpeiros

“(…) Em 2020, três moças, que tinham apenas por volta de 13 anos, morreram. Os garimpeiros estupraram muito essas moças, embriagadas de cachaça.”

Fala de indígena
Fonte: Trechos do documento “Yanomami sob ataque”, produzido pelas associações Hutukara e Wanasseduume Ye'kwana e publicado em abril de 2022.

FRED MAGNO/OTEMPO

Mulher Yanomami com seu cesto usado para carregar alimentos

“QUERO MORRER COMO MULHER IDOSA”

■ “Não queremos que nossos maridos sejam mortos pelos garimpeiros, depois que se instalem nas proximidades. Não quero morrer de fome. Eu quero morrer simplesmente de velhice, sem outras causas. Eu quero morrer como uma mulher idosa.” O relato aterrorizado de uma indígena está descrito no documento “Yanomami sob ataque”, produzido pelas associações Hutukara e Wanasseduume Ye'kwana e publicado em 2022.

Outro tema recorrente no relatório é a transmissão de doenças, como a malária, pelos garimpeiros. “As lideranças disseram para eles que, estando tão próximos, se comportam muito mal. Por isso, outros Yanomami os apelidam de ‘letalidade da malária’. Eles são mesmo ruins, são portadores de epidemias por causa das quais morremos”, fala outra indígena no relatório. “É algo tão profundo que elas não têm como determinar se vão morrer de velhice ou não. É como se estivessem vivendo um estado de guerra”, diz o documento.

LINHA DO TEMPO



Dezembro de 1996

Condenação pela Justiça Federal de Roraima de cinco garimpeiros por tentativa de extermínio de etnia (crime de genocídio) no massacre de Haximu

12 de setembro de 2000

5ª Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, confirma sentença de 1996

3 de agosto de 2006

Plenário do Supremo Tribunal Federal mantém condenação dos garimpeiros



■ GABRIEL RODRIGUES
RAQUEL PENAFORTE

O corpo que mais sofre com a invasão do garimpo ilegal nas terras Yanomami é o da mulher indígena. “O maior peso está em cima das costas delas, porque, além da fome, da desnutrição de suas crianças, há a violência sexual contra elas e suas filhas”, alerta a antropóloga e professora da Universidade de Brasília (UnB) Sílvia Guimarães. “A violência do garimpo cai em dobro nas costas da indígena, da mulher Yanomami”, reafirma.

A antropóloga Alcida Rita Ramos, professora emérita da UnB, explica que os forasteiros podem fazer uso da força ou da persuasão, subor-

nando os Yanomami em troca de bens – e até de comida, depois que “as roças foram esfaceladas pelo garimpo, os animais de caça fugiram e os peixes foram envenenados por mercúrio”. “Nessa situação de penúria forçada, elas (as mulheres) ficam especialmente vulneráveis”, lamenta Alcida, que dedicou 50 dos seus 85 anos ao povo Yanomami.

O relatório “Yanomami sob ataque”, produzido pelas associações Hutukara e Wanasseduume Ye'kwana e publicado em abril do ano passado, traz denúncias como essas e outras ainda mais graves. O documento – o mais recente sobre a violência à qual o povo Yanomami é submetido com a invasão do

garimpo ilegal – reproduz relatos dos indígenas sobre aliciamentos e ofertas de ouro e alimentos “em troca” de suas filhas e irmãs. Tudo para ter com elas relações sexuais, muitas vezes à força ou regadas a bebidas alcoólicas. As meninas também são apalçadas em troca de algum alimento.

Neste mês, outro caso grave veio à tona, reforçando a recorrência de abusos sexuais: pelo menos 30 meninas e adolescentes Yanomami estariam grávidas, vítimas de garimpeiros, em Roraima. Os relatos, segundo o secretário Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, Ariel de Castro, foram apresentados pelo Conselho Indígena de Roraima

(CIR), durante reunião com comitiva do governo federal, no último dia 30 de janeiro, na sede do Distrito Especial Yanomami de Roraima. A ministra dos Povos Indígenas, Sonia Guajajara, disse que o governo federal tem conhecimento desses relatos e investigará o assunto.

A situação faz com que as Yanomami incluam em sua agenda de luta a forma como suas meninas são violadas pelos garimpeiros. “Elas estão sofrendo muita violência sexual, e as anciãs estão indignadas, esbravejam e é desesperador”, conta Sílvia. “Elas têm medo de andar pela floresta hoje”, ressalta a antropóloga. O território delas não é mais livre. **(Com Aline Diniz)**

Dificuldade de acesso

ALDEIA SANÖMA: SOCORRO CHEGA DEVAGAR

Comunidade fica no
alto do rio Auaris,
a quase três horas
de voo de Boa Vista

■ LUCAS MORAIS
TERRA INDÍGENA YANOMAMI

No extremo norte do Estado de Roraima, cerca de 3.000 Yanomami vivem espalhados ao longo do alto rio Auaris, a uma distância de quase três horas de avião da capital Boa Vista. Entre as florestas que ocupam as montanhas, a fome que insiste em não passar cresceu ainda mais para o povo denominado Sanöma, cuja língua é a terceira mais falada no território indígena. Além dos impactos do garimpo ilegal, que aliciou jovens e levou doenças como a malária, mais de dois anos de cheia impactaram fortemente as lavouras.

“Aqueles que plantaram um pouco não conseguiram colher, porque a chuva não deixou crescer, e ao mesmo tempo alagou. No terceiro ano, veio a fome ainda mais forte”, explica o presidente da Associação Ipasali Sanuwa, que representa o povo da região, Matheus Sanöma. Mesmo após o anúncio das medidas emergenciais do governo federal para conter a crise humanitária entre os Yanomami, o socorro chega devagar à região, segundo a liderança. “A nossa região é uma das mais distantes das outras localidades, e, por isso, as coisas não chegam rápido também”, conta.

Na própria língua Sanöma, Matheus recordava os tempos de outrora. A reportagem de **O TEMPO** contou com o apoio de um intérprete durante a conversa. “Antes de os não indígenas chegarem à nossa região, nós vivíamos tranquilos, em harmonia com a natureza. As crianças cresciam, e a gente tinha uma vida tranquila. Construíamos as nossas roças e crescíamos de forma rápida, porque vivíamos em harmonia”, relata. Com o garimpo, muitos homens migraram para as regiões de exploração ilegal e deixaram as mulheres sozinhas, o que trouxe todo um desequilíbrio social e

alimentar – na cultura Yanomami, a caça é responsabilidade masculina.

“Diminuíram as nossas forças, não conseguimos ter energia para construir as roças como fazíamos antes. Estamos sofrendo”, acrescenta. A região do rio Auaris fica a quase 445 km de Boa Vista e conta com uma pista de pouso, porém, nas comunidades mais remotas do povo Sanöma, só é possível chegar de helicóptero ou em aviões de menor porte, que comportam no máximo 500 kg.

Jovem liderança indígena, Enio Yanomami, que faz parte da Hutukara, outra associação que representa a população local, reforça que a logística atrasa a chegada de reforço.

Além da região de Auaris, no qual vive o povo Sanöma, a situação é dramática nas comunidades no entorno de Surucucu. “A limitação para entregar alimentos é a dificuldade de encontrar voo. E, quando chega em alguma base (polo de saúde ou do Exército), tem que chamar outras comunidades para ajudar na distribuição, que, muitas vezes, só acontece a pé”, enfatiza.

A entidade ainda recebe doações para apoiar as ações emergenciais. Como as entregas são realizadas pela Força Aérea Brasileira do alto, com os alimentos lançados através de pequenos paraquedas, algumas vezes as embalagens podem se romper. Cerca de 4.000 cestas básicas já foram entregues.

PRODUÇÃO DE ALIMENTO É UM DESAFIO

✱ Diante de uma população de 31.007 indígenas, o número de cestas básicas distribuídas parece ínfimo diante da fome que assola o território – 4.090 até o início do mês foram entregues pelo Comando Operacional Conjunto Amazônia. Nos pacotes, há arroz, feijão, farinha, leite em pó e até lata de sardinha, itens que não são comuns na alimentação Yanomami. Para a ministra dos Povos Indígenas, Sonia Guajajara, que esteve na região nos últimos dias, mais do que ampliar a entrega de alimentos, é necessário selecioná-los.

“Estamos fazendo um estudo para a compra de alimentos de outras terras indígenas ou mesmo da área

Yanomami, que tem produção de banana, melancia, outros alimentos, para serem adquiridos e oferecidos. Estamos programando fazer a compra local para levar os alimentos que são do costume e do hábito alimentar deles”, disse Sonia.

Muito além de toda a ajuda emergencial, a ministra pontuou que é preciso dar condições para que os Yanomami tenham de volta sua autonomia e consigam superar as adversidades que os levaram à fome. “Estamos buscando esse plano de produção de alimentos, entregando as ferramentas e sementes para que eles voltem a produzir seus alimentos. E por isso é urgente a retirada dos garimpeiros do território para que os indígenas possam ter segurança em circular, plantar suas roças e viver livremente. É preciso garantir a proteção da terra e manter uma base permanente de fiscalização para evitar a volta dos invasores”, acrescentou a ministra, durante visita a Boa Vista no dia 6. (LM)

“Não conseguimos ter energia para construir as roças como fazíamos antes. Estamos sofrendo”, relata Matheus Sanöma

Fome

YANOMAMI, TESTEMUNHAS DA PRÓPRIA MORTE

■ RODRIGO RODRIGUES
LUCAS MORAIS

As costelas humanas têm como função precípua resguardar órgãos vitais acomodados na caixa torácica. Ali, por exemplo, está a bater o coração. Quando elas se tornam protagonistas de flagrantes como os dos índios Yanomami, revelados ao Brasil recentemente, os ossos expostos em corpos débeis e esqueléticos apontam para direção oposta à da proteção.

COMO A FOME MATA

A criança precisa de energia (calorias, o “combustível”) e proteínas (“blocos construtores” do organismo). Sem eles, o ser humano não consegue crescer, desenvolver-se e ter resistência contra infecções, por exemplo

SEM COMIDA, SEM ENERGIA, SEM PROTEÍNA

1º dia

O organismo usa a glicose (açúcar) armazenada nele para fornecer a energia necessária ao seu funcionamento.

2º dia

A glicose acaba, e o organismo precisa degradar os músculos (proteína) para “fazer” glicose. **Se não tiver glicose para o cérebro nessa fase, a pessoa morre.** Durante umas duas semanas, o organismo vai gastando os músculos e a gordura armazenada para ter energia. **Sem a proteína, a criança vai perdendo cada vez mais músculo e gordura.** Fica mais quieta, apática, calada e sem reação porque ela está fraca e o metabolismo dela está muito baixo para tentar “economizar” energia.

3ª semana

O cabelo começa a cair, a pele fica fina, sem brilho, e a **aparência de “pele e osso” fica visível.** Como ela não tem comida (nem energia, nem proteína), não consegue crescer. O tempo que a criança consegue viver assim depende da quantidade de gordura que ela acumulou antes de parar de comer.

A partir da 4ª semana

As infecções começam a se tornar muito frequentes. **Problemas comuns em crianças, como gripe ou diarreia, podem matar.** O coração (que também é um músculo) começa a ficar fraco e desregulado, não aguenta muito esforço, o que pode também levar à morte.

A fome entre os indígenas tende a ser mais grave em função da desnutrição energética crônica. Com o tempo, o povo originário se tornará mais suscetível às deficiências nos mecanismos imunológicos de defesa.

Pelo menos
538
crianças Yanomami
com menos de
5 anos
morreram por causas
evitáveis nos últimos
quatro anos

ENTENDA

Um exemplo de proteína são as enzimas, responsáveis por reações essenciais ao funcionamento do organismo. São elas que transformam, por exemplo, o alimento (amido) em glicose e a glicose na energia necessária ao organismo.

Praticamente todos os órgãos do ser humano precisam de enzimas e outras proteínas para funcionar corretamente. Sem enzimas, por exemplo, o sangue não circula direito, e o coração bate mais lento (a pessoa fica mais fraca).

MAIS MASSA CORPORAL, MAIS VIDA

Segundo ele, será a massa corporal a determinar quanto tempo é possível se manter vivo sem alimentação. “Se a pessoa for obesa, terá sobrevida maior. Portanto, esse tempo em que o ser humano supor-

ta é relativo, vai depender das condições de cada indivíduo”, sustenta.

O médico conta que um dos poucos trabalhos sobre quanto o corpo resiste à falta de alimentos é da década de 1980. “O grupo ativista IRA (sigla em inglês para Exército Republicano Irlandês) fez jejum em protesto pela libertação de presos pelo governo da Inglaterra. Eles suportaram o jejum por cerca de 60 dias. Tratava-se, porém, de um jejum relativo, em pessoas com boa condição de saúde e bom depósito de gordura, ingerindo líquido, água, soro fisiológico”. (RR)

“Não há dúvida de que as populações indígenas desnutridas de forma crônica terão predisposição maior ao desenvolvimento de doenças.”

Durval Ribas Filho, nutrólogo

* O processo de desnutrição se instala quando deixa de haver equilíbrio no organismo: a energia que entra é menor do que a que sai, provocando déficit calórico crônico. “Com o passar do tempo, o balanço negativo vai provocar a queima dos depósitos de glicose. Na sequência, serão gastos os de gordura e, depois, de massa magra, os músculos. Aí, começa o processo de desnutrição energética”, esclarece o nutrólogo Durval Ribas, presidente Associação Brasileira de Nutrologia (Abran).

FONTE: JACQUELINE ISAURA
ALVAREZ LEITE, MÉDICA NUTRÍLOGA,
PROFESSORA TITULAR DA UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MINAS GERAIS (UFMG) E COORDENADORA DO
LABORATÓRIO DE BIOQUÍMICA NUTRICIONAL DA UFMG

EDITORIA DE ARTE / O TEMPO
HÉLVIO

GRITO DE SOCORRO NA FLORESTA

PORQUE DECIDIMOS PUBLICAR AS IMAGENS

Colocar a imagem de um Yanomami em evidência é tido como uma restrição para esses povos indígenas, principalmente depois que eles morrem. Na cultura Yanomami, todo o rastro das pessoas, incluindo a fotografia, precisa ser destruído após a morte. Desde o início da concepção deste caderno especial de 36 páginas, a divulgação das imagens dos Yanomami foi tema de longas reuniões de redação. Levamos o debate, inclusive, a antropólogos, professores e outros profissionais que lidam com o tema indígena. Nos momentos em que essas fotos dos Yanomami foram feitas por **O TEMPO**, na região de Surucucu e em Boa Vista, a equipe estava acompanhada de liderança indígena. Na edição do material, a primeira preocupação foi tentar preservar ao máximo as crianças e também algumas imagens que julgamos ser mais invasivas. Entretanto, diante da gravidade dessa crise humanitária, de forma respeitosa e em um contexto de luta por um povo que precisa de ajuda e de sensibilização nacional e mundial, decidimos expor alguns rostos, inclusive o que ilustra a capa deste caderno especial e traduz de forma profunda o olhar de quem pede socorro para sobreviver.

Índigena Yanomami Matheus Sanõma, vítima da crise humanitária, deixou a aldeia para levar sua família para Boa Vista, onde encontrou uma casa para se abrigar. Êxodo forçado de indígenas se ampliou com a expansão do garimpo ilegal em Roraima.

Mãe carrega seu filho em Roraima, em meio à crise humanitária na Terra Indígena Yanomami. Quem trabalha no atendimento a eles garante que as crianças são as maiores vítimas do abandono do Estado



FLAVIO TAVARES / O TEMPO

Vista aérea do rio Mucajaí, afluente do rio Branco, com 21 km² de bacia, um dos afetados pelo mercúrio usado pelo garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami. Em 2021, garimpeiros criminosos chegaram a desviar o leito do manancial para ampliar a exploração.



FRED MAGNO / O TEMPO

Famílias descansam em redes depois de atendimento médico e assistencial no posto da Secretaria Especial de Saúde Indígena próximo à pista de Surucucu

FRED MAGNO / O TEMPO



FLAVIO TAVARES / O TEMPO





FRED MAGNO / O TEMPO

Desamparo que força improvisos: com as águas mortas pelo mercúrio e cercados pelo garimpo, indígenas Yanomami fazem da carcaça de uma aeronave C-105 Amazonas um point de lazer na região de Surucucu, em Alto Alegre (RR), na fronteira com a Venezuela. A estrutura está abandonada pela Força Aérea Brasileira (FAB) em pista de pouso e decolagem após sofrer acidente em 2016

FRED MAGNO/O TEMPO



Após receberem os mantimentos no centro em Surucucu, mulheres Yanomami os carregam em cestas de cipó trançado confeccionados em uma técnica que é passada de geração para geração.

Tragédia Yanomami também vitima a fauna da Amazônia. Avanço do garimpo mata peixes e os deixa impróprios para consumo, mas também destrói, indiretamente, a diversidade de um dos biomas mais ricos do planeta.

FRED MAGNO/O TEMPO



FLAVIO TAVARES/O TEMPO

Ode à destruição ambiental e ao genocídio indígena: no coração de Boa Vista, na praça do Centro Cívico, está o Monumento ao Garimpeiro. Em 2014, a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) chegou a pedir a demolição da obra.





■ MARIA IRENILDA
RODRIGO RODRIGUES

Mais da metade do ouro exportado pelo Brasil em 2021 – 52,8 toneladas, que corresponde a 54% da produção nacional – tem origem duvidosa e com indícios de irregularidades, segundo o Diagnóstico sobre os Caminhos do Ouro Ilegal, levantamento feito pelo Instituto Escolhas, uma organização sem fins lucrativos baseada em São Paulo, que desenvolve e compartilha análises e estudos sobre desenvolvimento sustentável. O levantamento mostra ainda que parte do mineral explorado e vendido pelo país saiu de terras indígenas ou de Unidades de Conservação (áreas consideradas relevantes e passíveis de proteção federal, estadual e municipal), por meio de garimpo ilegal.

Em janeiro deste ano, o projeto Amazônia Minada, que acompanha em tempo real processos minerários na Amazônia, divulgou que as terras indígenas da região são alvo de 2.449 requerimentos para exploração mineral. A Constituição brasileira proíbe qualquer atividade em territórios indígenas sem autorização do Congresso e consulta aos povos afetados.

As margens da lei, essa exploração criminosa do ouro alimenta uma economia bilionária. O grama do metal é vendido a R\$ 310, em média. A estimativa é que, entre janeiro de 2021 e junho de 2022, o mercado do ouro brasileiro tenha movimentado cerca de R\$ 44,6 bilhões. O levantamento é do Boletim do Ouro, fruto de um estudo por pesquisa-

dores da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) com procuradores da República.

Embora seja um mercado que movimenta cifras altíssimas a cada ano, é também um setor pouco transparente e cheio de brechas para atuações criminosas. A reportagem de **O TEMPO** solicitou dados e informações à Agência Nacional de Mineração (ANM) e à Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) e ao Ibama, no fim de janeiro, que pudessem esclarecer e informar o leitor sobre como ambos os órgãos têm atuado na regulamentação, fiscalização e punição dos responsáveis pela mineração ilegal nas terras Yanomami. Nenhum dos três órgãos respondeu. Vários contatos foram reiterados entre o primeiro pedido e o dia 10 de fevereiro, sem sucesso.

O tema é tão delicado, e melindroso ao mesmo tempo, que alguns pesquisadores de universidades e especialistas não quiseram conceder entrevistas. Neste momento, em que a crise humanitária vivida pelos Yanomami lança luzes sobre os crimes praticados pelos garimpeiros ilegais e o rastro de destruição deixado por eles na floresta, poucas pessoas se arriscam a comentar a cadeia clandestina de explora-

ção do ouro no Brasil. O medo não é à toa: há registros de que a facção Primeiro Comando da Capital (PCC), nascida em São Paulo e considerada a maior organização criminosa do Brasil, atue no garimpo ilegal, em Roraima.

Em 2020, os principais compradores do ouro brasileiro foram empresas do Canadá, da Suíça e do Reino Unido. “Os grandes mercados são quem consome esse ouro brasileiro. Ele é praticamente todo exportado, para grandes economias. Então, esse ouro sai daqui com pelo menos 50% de chance de ter indício de ilegalidade, chegando aos grandes mercados consumidores, infelizmente”,

afirma a pesquisadora do Instituto Escolhas Larissa Rodrigues, doutora em energia pela Universidade de São Paulo (USP).

Agente de segurança revela estrutura da ilegalidade

A estrutura do garimpo ilegal em terras Yanomami é atividade profissional, de “peixe grande”. É o que parece. Segundo revela um agente de segurança pública que atua há anos na região e pede anonimato, faz parte da rotina das picadas abertas pelo garimpo o trânsito de caminhões, tratores, dragas, alojamento para que a extração ocorra livremente.

Estudo iniciado em 2018 pelas associações Hutukara Yanomami e Wanassedume Ye'kwana, com apoio do Instituto Socioambiental (ISA), indica que a área total destruída pelo garimpo na terra Yanomami cresceu 172,67% entre 2018 e 2021, uma amostra da ocupação clandestina que tomou a região nos últimos anos.

“Por causa do difícil acesso, os equipamentos costumam chegar aos locais por via aérea (aviões e helicópteros) e fluvial, desmontados”, diz um agente de segurança pública que atua na região e pede anonimato. Quando flagradas pela fiscalização, as estruturas são destruídas pelas forças de segurança da Polícia Federal.

RELAÇÃO ‘SIMBIÓTICA’. As várias regiões de garimpo no território Yanomami são, muitas vezes, tão próximas das 384 aldeias que, segundo o agente, criou-se uma relação “simbiótica” entre garimpeiros e indíge-

Mais da metade do metal exportado no país é de origem duvidosa

nas. “Não raro, a atividade minerária depende do apoio dos próprios indígenas, que estão lá em uma situação de vulnerabilidade social, sem recursos básicos. Por isso acabam trocando a mão de obra e a convivência por insumos básicos, como comida, armas, bebidas alcoólicas”, revela.

NEGACIONISMO. No fim de janeiro, o governador de Roraima, Antonio Denarium (PP), chegou a defender que os garimpos não são responsáveis pela atual crise sanitária Yanomami e pediu que a União traçasse plano com alternativa de renda para as mais de 20 mil pessoas que agem ilegalmente na extração de ouro na região.

Ao longo do mandato, Denarium, eleito em 2022, sancionou duas leis que beneficiavam a atividade: uma liberava o uso de mercúrio em todos os tipos de garimpo, e a outra proibia que agentes de fiscalização destruíssem equipamentos durante operações nos garimpos. Os dois textos foram considerados ilegais pelo STF. **(Com Lucas Moraes)**

E ABASTECE O EXTERIOR

Área devastada por desmatamento e garimpo já foi preenchida pelas águas do rio

MARIA IRENILDA

A comercialização do ouro brasileiro para o exterior só é possível porque o metal com origem ilícita é introduzido no mercado legal por meio de mecanismos de “esquentamento” ou “lavagem”. Embora criminosa, a prática, segundo especialistas, é comum e até amparada pela legislação brasileira.

A Lei 12.844/2013 permite ao vendedor/fornecedor fazer a auto-declaração de origem do mineral garimpado por meio do princípio da boa-fé. Na prática, o que isso

quer dizer é que o garimpeiro pode declarar a origem do ouro vendido da lavra que ele quiser, basta que o garimpo tenha registro legal.

O procedimento é feito por meio de nota fiscal, em papel, preenchida a caneta pelo próprio garimpeiro. Não é preciso qualquer checagem ou registro na Agência Nacional de Mineração (ANM), órgão responsável pela fiscalização e regulação das atividades minerárias no país.

O TEMPO fez inúmeras ligações telefônicas para a sede do órgão, em Brasília, no período de

27 de janeiro a 9 de fevereiro, sem sucesso. Enviou também e-mails com questões a serem respondidas sobre a estrutura que mantém na região para coibir o garimpo ilegal. Sem resposta.

AUTODECLARAÇÃO. Além de mercadoria, o ouro é um ativo financeiro, tendo nas Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários (DTVMs) as únicas instituições autorizadas pelo Banco Central a fazer sua comercialização. As DTVMs compram ouro dos garimpeiros, que autodeclararam a origem de extra-

ção do metal. Ou seja, o ouro declarado legal pode ter sido retirado de terras indígenas, por exemplo.

“A pessoa preenche o formulário, diz qualquer coisa de onde vem e quem compra o ouro, as DTVMs, guarda o formulário, e está tudo certo. A lei dá essa proteção dizendo que esse tipo de operação é feito com base na boa-fé do vendedor, e isso dificulta muito responsabilizar os envolvidos em toda essa cadeia clandestina”, diz a pesquisadora do Instituto Escolhas Larissa Rodrigues.

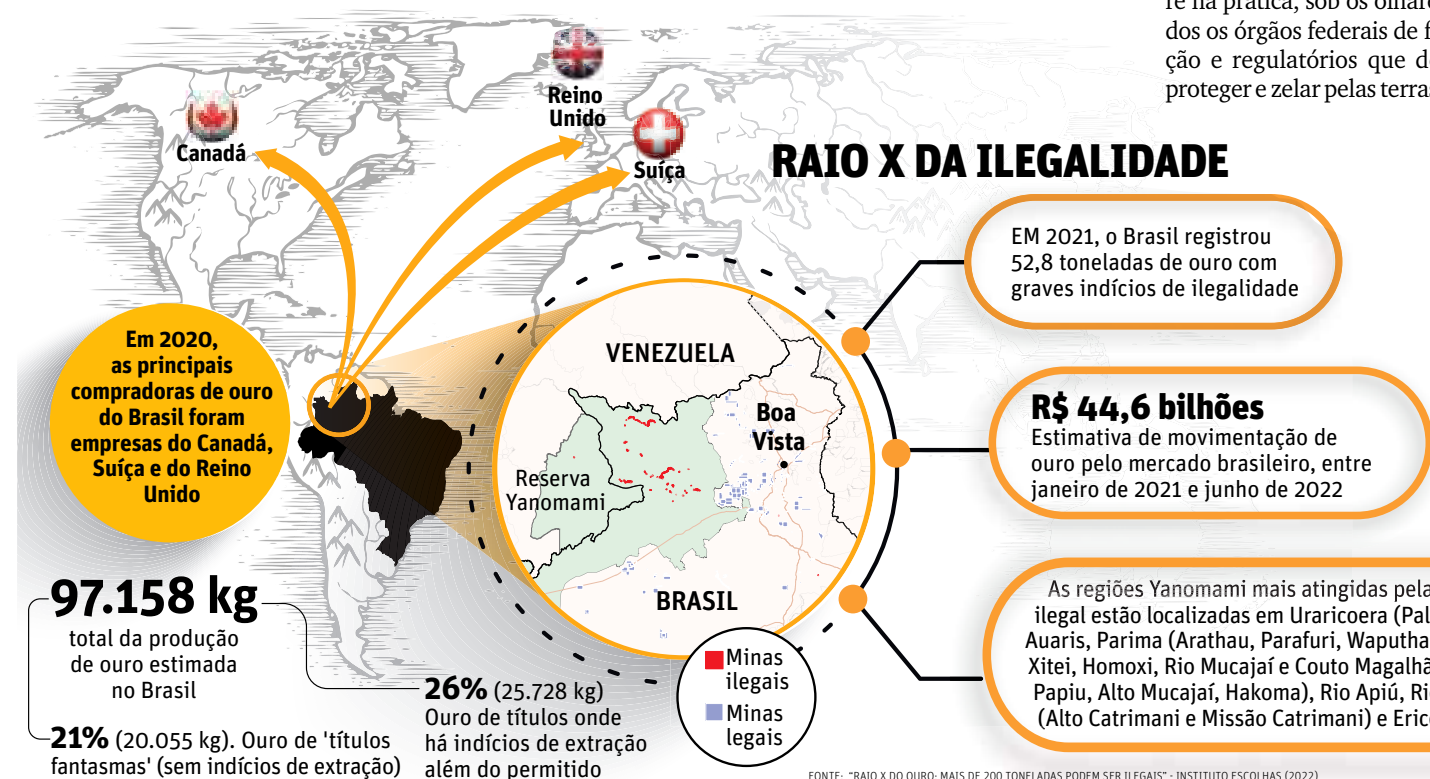
Exemplo de como a coisa ocorre na prática, sob os olhares de todos os órgãos federais de fiscalização e regulatórios que deveriam proteger e zelar pelas terras indíge-

nas brasileiras, o Estado de Roraima não aparece na estatística nacional da produção de ouro, documento disponível no site da Agência Nacional de Mineração. Para se ter ideia da situação, as terras Yanomami, que lideram o ranking entre outras terras indígenas com pedidos de pesquisa mineral (que é completamente proibida pela Constituição), detêm 453 solicitações.

O “Diagnóstico sobre os Caminhos do Ouro Ilegal”, do Instituto Escolhas, mostra que, pelos registros oficiais, o mineral extraído no Brasil entre 2015 e 2021 saiu principalmente de Mato Grosso (16 toneladas) e do Pará (13,6t), mas também de Rondônia, Tocantins, Amapá e Amazonas. “Aí você pergunta, cadê o ouro extraído dos Yanomami? Os dados oficiais de Roraima não mostram registros do Estado. Isso comprova que esse metal de terra indígena está sendo ‘lavado’ em outros Estados e exportado”, pontua Larissa.

MUDANÇA NA LEI. Em novembro de 2022, o Partido Socialista Brasileiro (PSB) e a Rede Sustentabilidade ajuizaram, no Supremo Tribunal Federal, a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) pedindo que seja extinta a simples declaração formal de boa-fé para fins de legalização do ouro no país.

No mês passado, diante da crise humanitária vivida pelos Yanomami, o ministro da Justiça, Flávio Dino, disse que vai acompanhar de perto o andamento do processo.



Exploração

GARIMPEIROS "TROCAM" ARROZ POR OURO

Um quilo do alimento é vendido por R\$ 100 a indígenas; mesmo valor que pagam pelo metal

■ LUCAS MORAIS

TERRA INDÍGENA YANOMAMI

A chamada "Rua do Ouro", que concentra dezenas de joalheiras e lojas de compra e venda do metal em Boa Vista (RR), fica a cerca de um quarteirão do Monumento ao Garimpeiro – estátua de um afro-indígena segurando uma bateia, erguida nos anos 1960 para exaltar a importância da atividade em Roraima –, perto da sede dos Poderes.

Seja nos supermercados, mercados e lojas de materiais de cons-

trução, o dinheiro oriundo da atividade ilegal impulsiona a economia e gera desafio ainda maior para o governo acabar com a exploração.

Uma moradora local, que pediu anonimato, diz que "até cinco aviões por dia transportam o ouro da Terra Indígena Yanomami (TIY) de madrugada, usando pistas clandestinas no entorno da cidade". Destacando ter amigos que trabalham no garimpo, ela conta que garimpeiros aliciavam os Yanomami e pagam cerca de R\$ 100 por quilo do metal extraído. Mas cobram dos indígenas o mesmo valor por 1 kg de arroz ou R\$ 50 pelo pacote de flocão.

Os lojistas da "Rua do Ouro" não falam sobre as denúncias de que o metal teria origem ilegal. Sem se identificar, vendedores afirmam

que o ouro é de alianças quebradas vendidas pela população.

A TIY, que ocupa uma área 291 vezes maior que a área de Belo Horizonte, é uma miríade de recursos naturais que sempre atraiu a cobiça de garimpeiros e afins, à margem da legislação brasileira. O dribble constante na fiscalização é potencializado pelas características do local. "É a maior reserva indígena do país, de difícil acesso e densidade populacional mínima. Por isso, até o combate ao crime fica

prejudicado", diz um agente de segurança que atua na região e pede anonimato.

CASSITERITA. Na TIY, a garimpagem é majoritariamente em busca do ouro, mas, de uns

anos para cá, a cassiterita virou febre. "É um subproduto do ouro, mas mais pesado e encontrado em maior quantidade comercial. Sua exploração passou a ser mais vantajosa economicamente com a alta no preço do dólar e por causa do valor no mercado internacional", explica um agente de segurança pública que atua na região há anos e pediu anonimato.

Com a escalada da tecnologia – impulsionada pela pandemia de Covid-19 e pela guerra da Ucrânia –, o mineral, rico em estanho (de alta maleabilidade e resistência à corrosão), tem se tornado valioso para garimpeiros ilegais, que vendem o recurso para indústrias de latas de alimentos, acabamentos de veículos, fabricação de vidros e telas para celulares. O quilo da cassiterita é negociado, em média, a R\$ 95.

Maio de 2008

Apresentação do relatório da CPI das mortes de crianças indígenas por desnutrição entre 2005 e 2007 a partir da denúncia de mais de 40 crianças guarani-kaiowá mortas de desnutrição entre 2005 e 2006. Cita fome, desnutrição, malária e verminoses entre os Yanomami e dificuldade de acesso às reservas

Agosto de 2013

Membros da Comissão da Verdade ouvem depoimentos de Yanomami na região de Ajanari sobre impactos da BR-210, com destruição de aldeias pelas máquinas e adoecimento dos indígenas

DEBANDADA. Na segunda semana de fevereiro, o Ministério da Justiça iniciou as ações para retirada dos garimpeiros ilegais do território Yanomami. A debandada elevou o preço do transporte aéreo para até R\$ 15 mil por pessoa.

Por isso o temor é que eles fujam para cada vez mais dentro da selva e próximo aos povos indígenas isolados – elevando o risco de doenças e mortes. Para evitar o retorno deles, o ministério explicou que o foco será nos financiadores do garimpo. **(Com Gabriel Ranan, Rodrigo Rodrigues e Raquel Penaforte)**



MICHAEL DANTAS/AFP



Garimpeiro mostra gramas do vil metal extraído ilegalmente

JOIAS SÃO DESTINO DE 70% DA EXTRAÇÃO GLOBAL

■ MARIA IRENILDA

O setor joalheiro é o principal consumidor de ouro no mundo – estima-se que 70% da produção seja convertida em joias. Quem precisa do metal como matéria-prima para o trabalho reclama das brechas na regulamentação e defende a atividade da garimpagem legal.

"Você não mata a galinha dos ovos de ouro, você ajuda a preservá-la. Nós precisamos do ouro. O garimpo legal gera milhões de empregos no Brasil", diz Raymundo Vianna, presidente do Sindicato das Indústrias de Joalherias, Ourivesarias, Lapidações e Obras de Pedras Preciosas, Relojoarias, Folheados de Metais Preciosos e Bijuterias no Estado de Minas Ge-

rais (Sindijóias-MG).

A demanda de consumo do ouro na indústria de luxo é gigante. Vianna revela que uma das maiores joalherias brasileiras – com centenas de lojas pelo país – derrete uma tonelada de ouro a cada dez meses para transformá-la em anéis, colares, brincos e pulseiras.

PEQUENOS NEGÓCIOS. Há cerca de 4.000 joalherias no Brasil, sendo que cerca de 99% desse número é formado por pequenos negócios, segundo o Instituto Brasileiro de Gemas e Materiais Preciosos (IBGM).

"Pode parecer supérfluo, mas é um produto que todo mundo gosta. Todas as classes sociais compram joia em ouro. O cara vai fi-

car noivo, ele vai querer uma aliança mesmo que seja fininha", acrescenta Vianna sobre o potencial do mercado.

O comércio do metal precioso, no entanto, nem sempre é feito pelas instituições autorizadas. "As vezes o pequeno produtor (garimpeiro) vende para essas pequenas oficinas, que a gente chama de 'retalhista'. Ele vende pequenas quantidades de ouro para um, para outro. Não quer dizer que essa pessoa está informal, ela está legalizada, só que vende uma quantidade menor", diz o representante do Sindijóias. No Brasil, somente as Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários (DTVMs) são autorizadas a comercializar ouro.



FRED MAGNO / O TEMPO

"Rua do Ouro" é localizada a um quarteirão da sede do governo, em Boa Vista



Março de 2016

Fiocruz divulga estudo sobre contaminação de Yanomami e Ye'kwana por mercúrio dos garimpos (92% dos examinados apresentavam contaminação)

Maio de 2016

Romero Jucá assume o Ministério do Planejamento, e os Yanomami fazem ritual espiritual para que ele desista do cargo

LINHA DO TEMPO

Abrigo Rondon 1, em Boa Vista, recebe imigrantes e refugiados da Venezuela

Migrantes e refugiados

SEM CESSAR: A CHEGADA CONTÍNUA DE VENEZUELANOS

Estado de Roraima recebe todos os dias centenas de pessoas do país vizinho

LUCAS MORAIS
TERRA INDÍGENA YANOMAMI

Eram pouco mais de 7h quando o carro de aplicativo estacionou na porta de um hotel em Boa Vista. Quem dirigia era uma motorista venezuelana. No trajeto até o abrigo Waraotuma a Tuaranoko, o maior da América Latina para migrantes indígenas, foram cerca de 20 minutos. Entre uma conversa e outra, o rádio tocava músicas de artistas tradicionais do país vizinho, como Mirla Castellanos e Diosa Canelas – na capital, o espanhol se tornou praticamente a segunda língua.

Uma rua de terra batida leva até o abrigo, onde vivem quase 1.100 venezuelanos indígenas, a maior parte da etnia Warao. Na entrada,

crianças correm para abraçar os pais que acabam de chegar. Outros levam mantimentos e objetos para as unidades de habitação emergencial, montadas pela Agência da ONU para Refugiados (Acnur) nos espaços mantidos em parceria com o governo federal em Roraima, por meio da operação Acolhida.

Sulverio Jesus, 58, veio para o Brasil com toda a família após perder a filha por falta de atendimento médico. “Não conseguimos medicamento adequado para a enfermidade dela e, infelizmente, não deu tempo de vir antes de ela morrer. Muitos irmãos venezuelanos diziam que aqui teríamos acesso à saúde”, conta ele, que tem outros oito filhos.

Os Warao vivem na região Nor-

deste da Venezuela, perto da fronteira com a Guiana, no delta do rio Orinoco. Segundo Jesus, a localidade tem muita riqueza natural, e seu povo vivia da pesca, da caça e da agricultura. Porém, diante da crise pela qual passa o país, quase 90% dos indígenas deixaram a região. “A inflação está cada vez mais alta, e não há quem consiga

controlar isso”, disse.

Além da crise humanitária do povo Yanomami, Roraima convive desde 2016 com a tragédia econômica que leva milhares de venezuelanos a deixar todos os dias seu país. É o caso da artesã Arjenia Centeño, 43, também indígena Warao. Os pais fugiram da crise em 2019, e ela precisou vir de for-

“No abrigo, damos aulas e fazemos de tudo para que nossos filhos não percam os costumes locais

Arjenia Centeño, 43

Venezuelana e indígena da etnia Warao

ma definitiva no fim do mesmo ano, quando a mãe adoeceu. Para sobreviver, criou uma cooperativa de artesanato que usa como base a fibra do buriti e hoje alimenta quase 20 famílias. Mesmo distante da terra natal, Arjenia conta que a comunidade busca manter vivas as tradições de seu povo: “Temos nossa cultura, como dança, música, crença, além da língua Warao”.

VULNERABILIDADE SOCIAL. Segundo o oficial de campo responsável pela coordenação dos abrigos da Acnur, Rafael Levy, os Warao foram alguns dos primeiros venezuelanos a chegarem ao Brasil. “Muitos se deslocaram de maneira precária e chegaram com a saúde debilitada e até desnutrição”, explica.

A maioria das solicitações de refúgio se concentra em Pacaraima e Boa Vista. A Acnur e as Forças Armadas administram 11 abrigos na capital e outros dois no município do interior, onde vivem cerca de 6.300 pessoas, das quais 2.500 são menores de idade. Conforme o subcomitê federal para recepção, identificação e triagem dos imigrantes, em dezembro, 414.502 venezuelanos viviam no país e quase 14 mil pessoas entraram no Brasil. **(Com Gabriel Ronan)**

“VIM BUSCAR NOVA OPORTUNIDADE DE VIDA”

*** Maior abrigo de Boa Vista, o Rondon 1 tem mais de 1.900 pessoas que vieram de distintas realidades, mas que enfrentam dificuldades parecidas. É o caso de Manuel Castillo, 56, que era motorista da PDVSA, estatal petrolífera e considerada a maior da Venezuela. “Ganhava muito bem, só que, com o tempo, deixou de ser suficiente até para comer. Vim buscar uma nova oportunidade de vida e agora vou para Goiânia trabalhar como motorista”, diz. Ele integra projeto de interiorização,**

em que venezuelanos são conectados a postos de trabalho em outros Estados. “Me dá muita tristeza”, desabafa Paulo Figueroa, 39, que veio com a mulher, Ester Malaver, 52, e a filha de 14 anos. Ele conta que o aumento da violência também contribuiu para a decisão de deixar a Venezuela.

Debaixo da copa das árvores da praça que ficou conhecida nacionalmente por ter abrigado milhares de pessoas no início da crise migratória venezuelana, o engenheiro mecânico Bernardo Lopes, 62, e a mu-

lher, Sunilde Bolívar, 63, dividem um pedaço de pano em meio à grama. O casal vive em um abrigo próximo à rodoviária e só pode entrar no período da noite. “Não querem contratar ninguém como nós”, afirma, referindo-se à idade. A poucos metros, Jenifer Campo, 28, tenta vender salgadinhos no sinal, com a filha de 9 meses no colo. Ela chegou com a mãe e a prima há duas semanas, e, desde então, elas dormem na rua. “Já não se consegue comprar alimento (lá)”, lamenta. **(LM)**



O abrigo Waraotuma a Tuaranoko, em Boa Vista, é considerado o maior da América Latina para migrantes indígenas e abriga 1.100 venezuelanos, a maior parte da etnia Warao

ALINE DINIZ
TERRA INDÍGENA YANOMAMI
E CRISTIANA ANDRADE

Nas aldeias Yanomami, os homens são responsáveis pela caça e por parte da roça. Quando o garimpo chega, muitos jovens são aliciados pelos criminosos. Seduzidos pela possibilidade de ganhar dinheiro e ter acesso a celulares, roupas e comida, eles deixam as aldeias. A saída deles significa a desestruturação da divisão de tarefas. Com menos homens, o volume da caça cai bruscamente. Sem mão de obra, a roça fica prejudicada. O resultado é escassez de alimentos. “O jovem quer explorar o mundo e depende de um trabalho que, muitas vezes, é forçado. Ele deixa de ser mão de obra”, detalha um líder indígena ligado à Funai, sob anonimato.

A implantação do garimpo deixa as aldeias acuada. Com medo, os indígenas não conseguem ter mobilidade no território para terras mais férteis, o que é muito importante para a agricultura. “Sem a interferência do homem branco, a mobilização geográfica ocorre de cinco em cinco anos”, conta a liderança Yanomami. Por causa do garimpo, a característica nômade é perdida e as terras ficam improdutivas. Mulheres e idosos são muito prejudicados, pois permanecem nas aldeias.

A invasão ilegal não surgiu agora – está presente pelo menos desde a década de 1980. Monitoramento iniciado em 2018 pelas associações Hutukara Yanomami e Wanaseduum Ye'kwana, com assessoria do Instituto Socioambiental (ISA), no entanto, indica que a área total destruída pelo garimpo na Terra Indígena Yanomami (TIY) tem crescido vertiginosamente: naquele ano, somava 1.200 hectares, tendo sua maior concentração nas calhas dos rios Uraricoera e Mucajaí. Em três anos, a área impactada mais do que dobrou, chegando, em dezembro de 2021, ao total de 3.272 hectares, um avanço de 172,67%.

CONFLITOS FECHAM POSTOS. Com os crescentes conflitos entre garimpeiros e indígenas, vários postos de saúde tiveram de ser fechados. Em 2022, ao menos quatro polos de saúde indígena foram fechados por violência associada ao garimpo. “No Homoxi, garimpeiros tomaram a pista aberta para os aviões levarem os agentes de saúde e medicamentos e passaram a usá-la para a logística garimpeira. Paapiu ficou fechado por causa de conflitos envolvendo jovens indígenas aliciados pelo garimpo. Somando tudo isso – alta incidência de malária, forte circulação de doenças respiratórias, falta de atendimento médico, ausência de remédios, o contexto da violência, o rio poluído, pouca área disponível para agricultura –, o modo de vida dessas comunidades vai se tornando impossível”, aponta o geógrafo Estêvão Benfica Senra, pesquisador no Instituto Socioambiental (ISA).

Cooptados para trabalhar no garimpo com pequenos afazeres, os jovens adolescentes indígenas se sentem atraídos pelo dinheiro. “Daí, eles passam a ter contato com armas, doenças e, muitas vezes, álcool e drogas. Com isso, acentuam a con-

Aliciamento

CONVÍVIO QUE DESESTRUTURA ALDEIAS

Yanomami mais novos, seduzidos pelo garimpo, rompem o familiar; divisão de tarefas fica prejudicada

taminação das aldeias com malária e viroses, além dos conflitos entre gerações. Com homens adoecidos e a mobilidade reduzida para cuidar da roça e da caça em função do avanço do garimpo, os Yanomami vão se desestruturando, levando a um esgarçamento cultural e de suas relações, uma vez que, quando os jovens que trabalham nos garimpos voltam para as aldeias, chegam violentos com os mais velhos, brigam e acabam rompendo com as tradições. É um ciclo devastador”, diz Senra.

Há dois anos, o diretor da Hutukara Associação, Dario Vitorio Kopenawa Yanomami, em artigo sobre o tema para a agência Amazônia Real, denunciou o cenário devastador e de medo da etnia frente à realidade. Ele conta que os rios estão totalmente contaminados pelo excesso de mercúrio usado pelos garimpeiros na busca por ouro, o que impacta diretamente a qualidade das águas, dos peixes e de todo o ecossistema. “A Terra Yanomami virou cemitério porque os garimpeiros a estão enterando ilegalmente”, afirmou Dario.

Criança Yanomami carrega garrafa de refrigerante que ganhou em Boa Vista

MERCÚRIO ENVENENA RIOS E VIDAS

Apesar de a economia de Boa Vista (RR) sobreviver do garimpo, a atividade agrava tudo ao seu redor, quando se trata de poluição de água, solo e ar. O uso de mercúrio contamina a água, que contamina os peixes, que contaminam os indígenas. O ciclo é simples. Desde 2008, com a crise econômica internacional, o preço do ouro subiu, e o garimpo do mineral se tornou ainda mais atrativo na região. O impacto do mercúrio na saúde também é devastador: afeta rins, fígado, sistema digestório e sistema nervoso, levando a vários problemas.

Segundo o geógrafo Estêvão Senra, até 2016, havia na região alguma estrutura de proteção, que freava o avanço da atividade garimpeira. De 2019 para cá, conforme seu relato, houve uma invasão exponencial.

“O avanço do garimpo sobre as áreas Yanomami se deu por duas principais questões: o processo de desmantelamento da estrutura de proteção dos territórios, com menos investimentos na Funai e no Ibama, e gestões extremamente coniventes. Além disso, o ex-presidente fez discursos públicos favoráveis às atividades ilegais dentro das áreas indígenas e vista grossa em relação à fiscalização, atitudes que geraram mais uma vez uma corrida pelo ouro. O resultado foi uma terra completamente invadida por empresários do garimpo. Além dos impactos visíveis no meio biofísico – desmatamento, contaminação de rios, solo –, estamos agora assistindo ao impacto na saúde das pessoas”, complementa. (CA)

Malária x garimpo

Em toda a Amazônia, há garimpos ilegais e altos índices de malária – em 2022, o país registrou mais de 120 mil casos. E qual a correlação entre eles? A atividade garimpeira gera perturbação e proliferação de vetores e, como é móvel, os garimpeiros levam focos da doença de um lugar para outro. (CA)

Julho de 2017

Parecer da Advocacia Geral da União sobre Terra Indígena Raposa Serra do Sol cria precedente para aplicação do Marco Temporal (indígenas podem reivindicar posse apenas de territórios que ocupassem ou estivessem em disputa até 5 de outubro de 1988 – data de promulgação da CF)

Abril 2020

O então presidente da Funai, Marcelo Xavier, emite a Instrução Normativa 9/2020, que altera a Declaração de Reconhecimento de Limites (DLR) e, na prática, autoriza exploração de territórios indígenas

Desrespeito

INVASÃO DO TERRITÓRIO
POTENCIALIZA FLAGELO

Contato com não indígenas permite a chegada de doenças e da violência; desmonte da saúde acirra a crise

FRED MAGNO/O TEMPO



Dezenas de indígenas se aproximam de helicóptero para receber cestas básicas: expansão do do garimpo gerou cenário de fome

HAXIMU:
30 ANOS DE
UM GENOCÍDIO

CRISTIANA ANDRADE

Dois fatores ameaçam os Yanomami desde muito antes da demarcação de seu território, há 30 anos, e ajudam a explicar a tragédia que hoje choca o mundo. O cruzamento da invasão dos não indígenas (em especial os garimpeiros) com a desestruturação do sistema de saúde que protegeria os povos originários das doenças nascidas desse convívio cria o cenário de flagelo sanitário e alimentar no qual os Yanomami tentam sobreviver e manter sua cultura.

Cerca de 31 mil Yanomami vivem na parte brasileira de cobijados 9,6 milhões de hectares: o Território Indígena Yanomami (TIY), que ocupa oito municípios de Roraima e Amazonas. Entre 1910 e 1940, eles tiveram os primeiros contatos com não indígenas: missionários católicos e evangélicos, por meio de missões catequizadoras pelo rio Negro, e que acabaram introduzindo doenças e viroses entre indígenas.

ESTRADA DA MORTE. Na década de 1970, a construção da rodovia Perimetral Norte, ou BR-210, por parte do governo militar,

cortou as entranhas do território Yanomami e dizimou quase uma aldeia inteira. “Isso porque grande parte deles nunca tinha tido contato com não indígenas e foram contaminados com sarampo, gripe e malária. O projeto da rodovia foi interrompido, mas naquela época o governo anunciou prováveis ocorrências de ouro, urânio e cassiterita nas serras do território indígena, dando início a um processo intenso de invasão de garimpeiros, na década de 1980”, lembra o geógrafo Estêvão Benfina Senra, pesquisador do Instituto Socioambiental (ISA), organização que se dedica há 30 anos a mapear e estudar o indigenismo brasileiro e mantém um dos maiores bancos de dados sobre os

populacionais originários do país.

A rodovia federal transversal, projetada para atender os Estados do Amazonas, Pará, Amapá e Roraima, acabou não vingando: foram implantados somente trechos nos dois últimos Estados, sendo que Roraima tem hoje 411 km de pista. Este é um dos exemplos de descontinuidade e ausência de po-

líticas públicas de ampla proteção, que permitiram a tomada do território por garimpeiros, madeireiros, pessoas do crime organizado, grileiros e fazendeiros, causando um verdadeiro co-

lapseo da economia e saúde locais.

Entre 1987 e 1992, a corrida por ouro no TIY concentrou em Roraima mais de 40 mil garimpeiros e resultou na morte de 15% da população Yanomami devido a várias doenças.

MEMÓRIA IMUNOLÓGICA. “Os indígenas, principalmente os que não mantêm contato regular com a população não indígena, não têm memória imunológica como a nossa. Por isso muitos deles chegaram a morrer de uma simples conjuntivite”, pontua.

Implantado como projeto-piloto em terras indígenas em 1993, ano seguinte ao da demarcação das Terras Indígenas Yanomami, o Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI-Y) tinha o objetivo de organizar melhor o sistema de saúde, como unidade gestora descentralizada do sistema de atenção à saúde

indígena ligado ao Ministério da Saúde, e sanar os prejuízos da corrida do ouro sobre a saúde dos habitantes locais.

COBIÇA. “O atendimento médico era feito no território Yanomami desde 1970, de forma descentralizada, por agentes da Funai e missões religiosas – que deram início ao contato com as comunidades, introduzindo, inclusive, algumas doenças. Em 1993, o TIY tinha acabado de ser demarcado e vivia uma explosão de garimpeiros na corrida pelo ouro. Com autonomia para executar o orçamento destinado àquele território, os DSEIs passaram a ser cobijados por políticos locais. Foi em 2004 que o processo do colapso do sistema de saúde teve início, e isso impacta diretamente a saúde de toda a população no território”, conta.

Segundo o geógrafo, a partir de 2010, o processo de desestruturação dos procedimentos de saúde se acentuou, pois o garimpo passou a impor medo e violência à região, ocupando, por exemplo, as pistas de pouso de aeronaves que levavam os agentes e insumos de saúde para os postos e aldeias. “Nos últimos quatro anos do governo federal, a gestão do DSEI Yanomami foi feita por pessoas sem experiência na área de saúde, o que levou o processo à falência completa”, pontua Estêvão.

■ O massacre de Haximu, em 1993, no qual 16 indígenas e um garimpeiro morreram, representou um marco no conflito entre invasores e Yanomami, como o primeiro e único caso de julgamento por genocídio no Brasil.

Em 15 de junho daquele ano, sete garimpeiros convidaram seis indígenas para caçar e, na selva, assassinaram quatro deles. Dias depois, os indígenas mataram um dos garimpeiros. Em retaliação, no dia 23 de julho, o grupo invadiu uma aldeia onde havia principalmente mulheres e crianças e matou, a tiros e golpes de facão, 12 indígenas: um homem adulto, duas idosas, uma mulher, três adolescentes, quatro crianças e um bebê.

Em outubro, o Ministério Público Federal apresentou denúncia contra 24 garimpeiros pelos crimes de genocídio, associação para genocídio, garimpo ilegal, contrabando, ocultação de cadáver, crime de dano e formação de quadrilha. Apenas cinco tinham sido plenamente identificados. Três anos depois, em dezembro de 1996, a Justiça Federal condenou o grupo pela tentativa de extermínio da etnia, e não somente homicídio.

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região aceitou recurso, mas, em setembro de 2000, a Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, manteve as penas originais por crime contra a etnia indígena. Isso foi confirmado pelo plenário do Supremo Tribunal Federal em agosto de 2006, como crime de genocídio.

Pedro Emiliano Garcia, Eliézio Monteiro Neri, Francisco Alves Rodrigues, João Pereira de Moraes e Juvenal Silva estão presos em Roraima. Eliézio, que estava foragido, foi recapturado em maio de 2022. (CA)

Perda da dignidade

EXTERMÍNIO ESCANCARA FRACASSO HUMANO

■ RAQUEL PENAFORTE

O extermínio de povos originários escancara o fracasso humano em garantir sua própria existência. Apesar de a morte de crianças por desnutrição e o assassinato de líderes indígenas causarem revolta momentânea, essa tamanha tragédia pouco nos faz refletir qual é, de fato, nossa perda.

Para o antropólogo Marcelo Moura, pesquisador da comunidade Yanomami Maxokapiu, o maior dano, sem dúvida, é a privação de vidas indígenas. “Mas, além disso, perdemos também a nossa própria dignidade enquanto seres humanos vivendo em uma sociedade capaz de produzir um extermínio nesse nível”, analisa ele, que é doutorando em antropologia social pelo Museu Nacional/UFRJ. “Perdemos em território, em meio ambiente, em conhecimento, em saberes sobre animais e plantas”, elenca Moura. “Perdemos o futuro dessas crianças, aprendizado, diálogo, formas de cuidado, de trato, arte, cultura. Perdemos tudo”, lamenta.

O sentimento é compartilhado pela professora emérita da Universidade de Brasília (UnB) e antropóloga Alcida Rita Ramos. A pesquisadora, que dedicou 50 dos seus 85 anos ao povo Yanomami, enumera os prejuízos: “Primeiro, perdemos uma parcela iluminada da humanidade. Segundo, perdemos a oportunidade de mostrar que somos uma sociedade decente que respeita seus povos indígenas. Terceiro, perdemos a chance de redimir a história do Brasil, que se construiu sobre cadáveres indíge-

nas. Quarto, perdemos um manancial de conhecimentos que vão fazer falta ao planeta em colapso. Quinto, roubamos das próximas gerações os importantes ensinamentos que os Yanomami nos podem dar sobre como viver e deixar viver sem exterminar nem pessoas, nem o meio ambiente”.

Do modo como lidam com a terra à forma como se relacionam entre si ou do jeito que compreendem a divindade à maneira como experimentam a morte, em quase tudo os Yanomami têm um conceito próprio e único. “Conhecer esse mundo não é uma tarefa ligeira”, alerta a antropóloga. “É necessário, antes de mais nada, desmascarar mentiras grosseiras herdadas de gerações cheias de preconceitos contra a diversidade humana, que é o que pode fazer deste país um lugar decente. Ter a sensibilidade de entender, ou ao menos tentar entender, os princípios básicos que regem a sociedade Yanomami. Ouvir e levar a sério o que dizem os próprios Yanomami sobre si mesmos e sobre nós”, diz.

Para Alcida Ramos, é preciso “respeitar a inteligência indígena, que soube manejar a floresta e até fazê-la crescer sem perda de qualidade de vida”. “Esses são alguns pontos de conexão entre os povos indígenas – mais especificamente os Yanomami – e nós, que perdemos o sono com o aquecimento global, com a ameaça de secas eternas, com a fome planetária”, compara. Ela lança a reflexão: “Os povos indígenas nos dão de bandeja possíveis alternativas ao desastre planetário. Vamos deixá-las escapar?”

**Perdemos saberes
e a chance de aproveitar
alternativas para o
desastre planetário**



“Roubamos das próximas gerações os importantes ensinamentos que os Yanomami nos podem dar sobre como viver e deixar viver sem exterminar pessoas e meio ambiente.”

Alcida Rita Ramos
Professora emérita da UnB

“Perdemos o futuro dessas crianças, aprendizado, diálogo, formas de cuidado, de trato, arte, cultura. Perdemos tudo.”

Marcelo Moura
Antropólogo

FUNGO NA CESTARIA

Recentemente, os Yanomami publicaram, com apoio de parceiros, a descoberta científica de um fungo usado pelas mulheres indígenas para embelezar as cestarias produzidas por elas. “Trata-se do fungo *Përisi*, desconhecido da ciência até agora e que, nos últimos anos, foi apresentado à comunidade internacional”, conta o antropólogo sobre a espécie batizada de *Marasmius yanomami*.

COGUMELO NA ALTA GASTRONOMIA

Uma descoberta do povo Yanomami tem ganhado repercussão nacional. “Tem sido comercializada – em restaurantes de alta gastronomia – uma espécie de cogumelos que é cultivada e coletada única e exclusivamente no território deles: o Sanõma, que faz parte da alimentação deles há anos”, explica o antropólogo Marcelo Moura. Recentemente, diz, foi desenvolvido um projeto para se produzir esse cogumelo em escala comercial, para pratos de chefs famosos. “Isso ajuda as comunidades com a renda”, acrescenta.

LINHA DO TEMPO

Maio de 2020

O então presidente Jair Bolsonaro visita São Gabriel da Cachoeira (AM) para inaugurar ponte de madeira para comunidade Yanomami em Balaio. É a primeira visita do presidente a uma comunidade indígena

Maio de 2020

Ministro Edson Fachin, do STF, suspende efeitos do parecer da AGU que possibilitava aplicação do Marco Temporal



VICTORIA FRANCO / ISA / DIVULGAÇÃO

Descaso

"É O RESULTADO DO DESMONTES DA POLÍTICA INDIGENISTA"

"Atitude do governo Bolsonaro foi genocida"

ton Post", CNN. O mundo se volta para essa situação catastrófica.

Foi possível enxergar ajuda? Vai haver ajudas financeiras para fortalecer a causa. Tem coisas irreversíveis, territórios e vidas que não voltam, muito menos a das 538 crianças que morreram por doenças evitáveis nos últimos quatro anos. Mas as pessoas estão sensíveis ao que está acontecendo.

O que é necessário? Projetos e questões mais sólidas. Não adianta tirar os garimpeiros e depois não monitorar. Eles voltam. Tem que haver projetos de vigilância territorial, de recuperação ambiental. Contamos com apoio internacional porque só o governo brasileiro, sozinho, não vai dar conta. A Amazônia é importante para o mundo. Os Yanomami a protegem há milhares de anos. O apoio da comunidade internacional é essencial para que se mantenha a floresta em pé e que se tenha futuro.

Conte um pouco da sua experiência com os Yanomami. Trabalho com eles há 15 anos. Agradeço por esse encontro. Os Yanomami me mostram outras formas de estar no mundo que são muito inspiradoras. Tem muita beleza, mas muita tristeza. Principalmente nesses últimos quatro anos. Me sinto um pouco sob trauma. Fizemos uma reportagem com "Sumaúma" sobre violência sexual, e foi uma das coisas mais fortes que vivi. Ver que crianças, meninas que carreguei, minhas amigas, que ficavam na rede comigo, brincando, agora são abusadas pelos garimpeiros.

Qual é uma boa experiência? Foram muitas marcantes, momentos de beleza, como estar na floresta com eles, ver como eles sabem viver dela. O Davi Kopenawa nos chama de "o povo da mercadoria", porque nossos olhos estão voltados para o dinheiro, para as parafernalias que rodeiam nossa vida. Mas eles vivem a floresta. O conhecimento dos Yanomami sobre a floresta é belíssimo. Eles conhecem cada árvore, cada espécie, uma quantidade de coisas que se pode comer, sabem construir uma casa para 150 pessoas sem usar um prego, sabem viver em coletividade. Esse conhecimento sobre a floresta é muito especial. O xamanismo também é fascinante. Eles nos ensinam que há outras formas de existir. **(Com Raquel Penaforte)**

A antropóloga mineira Ana Maria Machado trabalha com os Yanomami há 15 anos e critica o sucateamento da saúde e o incentivo à invasão garimpeira

■ CYNTHIA CASTRO
GABRIEL RODRIGUES

Um grito de socorro chega a Nova York. No início deste mês, a antropóloga e indigenista fluente na língua Yanomami Ana Maria Machado, mineira que viveu quase seis anos na Amazônia e trabalha com os Yanomami há 15 anos, acompanhou um grupo de indígenas de Roraima, incluindo o xamã Davi Kopenawa, aos Estados Unidos. A viagem, programada antes de estourar a crise humanitária, teve como motivação a exposição "A Luta Yanomami" e o cumprimento de uma agenda política que denuncia o descaso contra esses povos. A exposição coloca lado a lado o trabalho de artistas Yanomami contemporâneos e o da fotógrafa suíça Claudia Andujar, que desde a década de 1970 denuncia os maus-tratos.

Ao retornar ao Brasil, Ana Maria conversou com O TEMPO. Para ela, o que todos veem estamos vendo agora é o resultado prático do desmonte da área de saúde e das políticas indigenistas do governo do então presidente Jair Bolsonaro, com incentivo ao garimpo ilegal e a outras práticas que prejudicam a população indígena em todo o país.

Ana Maria começou a trabalhar com os Yanomami em 2007, em um projeto de educação escolar. Morou em Boa Vista, passou meses na floresta e participou da produção de cerca de 16 livros nas línguas Yanomami. "Isso era no momento em que a situação não estava tão caótica e podíamos nos dedicar a fazer livros e projetos de educação. Hoje, o momento é de, justamente, só garantir a sobrevivência deles". A luta pela vida desses povos foi tão impactante para Ana Maria que hoje, distante de Boa Vista, conversa diariamente com eles. "Estamos sempre em contato. Não tem um dia em que eu não pense, trabalhe, fale com eles. É uma coisa que faz sentido para a minha vida".



MATHIEU LENA/HAY/DIVULGAÇÃO

A artista e liderança Yanomami Ehuana Yaira pede apoio a António Guterres, secretário geral da ONU, para a retirada dos garimpeiros de seu território; Ana Maria Machado, que fala fluentemente a língua Yanomami, faz a interpretação

Qual a importância da exposição em Nova York, que passou por São Paulo, Rio, Paris, Londres e Milão?

Essa exposição abriu um novo momento do protagonismo, da luta pelos direitos dos Yanomami a partir da arte. A Claudia fez isso nos anos 1970 e foi incansável ao retratar momentos históricos, como a construção da estrada Perimetral Norte, que cortou o território Yanomami, gerou um caos social e sanitário e matou centenas deles. Entre 1986 e 1992, começou a retratar a invasão de cerca de 40 mil garimpeiros. O trabalho mostra a beleza e a força dos Yanomami, e Claudia sempre aliou isso à luta pelos direitos deles. Na exposição, está também a arte dos Yanomami contemporâneos, que assumem o papel de transformar a beleza de sua cultura em luta e denúncia à crise humanitária.

Claudia Andujar sempre teve papel essencial nessa luta. Em 1992, a Terra Indígena Yanomami foi demarcada. É a maior terra indígena do Brasil e garante a proteção de 9 milhões de hectares de floresta que estaria preservada, se não fos-

se a invasão garimpeira. Muito disso foi resultado da luta de Claudia Andujar junto a Davi Kopenawa Yanomami (xamã e grande liderança), do antropólogo Bruce Albert e do missionário Carlos Zaquini. Eles trabalharam incansavelmente para que os Yanomami não fossem dizimados, na década de 1980. O mundo agora está com os olhos voltados novamente para a emergência Yanomami, que chegou a patamares inaceitáveis.

Por que chegou a esse ponto? Esses últimos quatro anos do governo Bolsonaro foram muito sofridos para os Yanomami e para mim e todos que trabalham diretamente com os Yanomami. Estamos acompanhando essa situação há tanto tempo, tentando

fazer denúncias e mais denúncias incansavelmente, e as pessoas não prestavam atenção. Havia um governo que era justamente contra, que estimulou a invasão garimpeira e nunca ouvia as denúncias. A atitude do governo Bolsonaro foi genocida, e o resultado está aí. Estamos vendo o resultado do desmonte da política indigenista e ambiental nos últimos quatro anos. As boiadas que passaram. A crise que acompanhamos hoje é o resultado do desmonte da saúde, que foi completamente sucateada e incentivo à invasão garimpeira.

A mobilização atual foi impulsionada pela reportagem do portal Sumaúma, da qual você participou. É uma união de esforços? Quando lançamos a matéria, em 20 de janeiro, no dia seguinte o presidente Lula esteve em Roraima para, justamente, ver essa situação de fome e desmonte da saúde. Em 15 ou 20 dias, a situação virou. Com isso, a exposição em Nova York, neste momento, está sendo mais uma forma de ampliar a visibilidade, de ampliar o grito Yanomami de socorro para que salvem a vida deles. Davi Kopenawa e outros puderam falar nas universidades, com autoridades, incluindo o secretário geral da ONU, António Guterres, que visitou a exposição.

Como a grande metrópole mundial enxergou esse momento? Houve convites da Universidade de Columbia e da Princeton University, para que Davi Kopenawa Yanomami – xamã, liderança, porta-voz e presidente da Hutukara Associação Yanomami – pudesse falar. Está tendo repercussão, "Washing-

"Havia um governo que estimulou a invasão garimpeira por todos esses anos e nunca ouvia as denúncias feitas"

Ana Maria Machado, antropóloga

Exposição de Claudia Andujar, em Nova York; fotógrafa, que perdeu quase toda a família no holocausto, também tem uma galeria no Inhotim



THE SHED / DIVULGAÇÃO

QUANDO OS PORTUGUESES CHEGARAM AO BRASIL

As primeiras descrições dos indígenas brasileiros aparecem na carta de Pero Vaz de Caminha, escrivão português que fez parte da expedição de Pedro Álvares Cabral, em abril de 1500

“A feição deles é serem pardos, maneira de avermelhados, de bons rostos, bons narizes, bem-feitos. Andam nus, sem cobertura alguma. Não fazem o menor caso de encobrir ou de mostrar suas vergonhas; [...]”

“Parece-me gente de tal inocência que, se homem os entendesse e eles a nós, seriam logo cristãos, porque eles, segundo parece, não têm nem entendem crença nenhuma.”

Fonte: Trecho extraído de: GOMES, Laurentino. *Escravidão: do primeiro leilão de cativos em Portugal à morte de Zumbi dos Palmares*, volume 1. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.



HÉLVIO

época do lançamento do livro, em 2019, ao programa “Roda Viva”. Atualmente, ele mora em Portugal, onde aprofunda o trabalho de pesquisa e está com a agenda fechada para entrevistas.

No território Yanomami, no Norte do país, os indígenas estão morrendo, principalmente, de fome e de malária, situações provocadas ou agravadas pelo horror do garimpo ilegal, que destrói a natureza – polui os rios e a terra, mata as pessoas e, ainda, afasta e dizima animais. Em diferentes territórios brasileiros, há indígenas sendo dizimados também por madeireiros e garimpeiros, por bandidos que promovem pesca ilegal ou fazem tráfico de drogas, entre tantos crimes e conflitos pela ocupação da terra.

Na época da chegada dos portugueses, como lembra Laurentino, diversos fatores foram preponderantes para aniquilar grande parte dos povos originários. Entre eles, “as guerras promovidas pelos colonos portugueses, a captura como mão de obra escrava em trabalhos pesados para os quais não estavam acostumados e a perda dos territórios que ocupavam antes de 1500”. Mas o principal teriam sido as doenças que vieram com os estrangeiros. Assim como os

Yanomami hoje, os indígenas de mais de 500 anos atrás também morriam de malária – doença transmitida pela picada de mosquitos infectados. O homem não indígena, que hoje promove ou é omissivo em relação à mortandade dos povos originários, foi o responsável por chegar ao Brasil há mais de cinco séculos e escravizar os primeiros donos desta terra. “A escravização dos índios começou imediatamente após a chegada dos portugueses (...) e continuou por mais de cem anos”, afirma Laurentino em “Escravidão I”.

História

MASSACRE DOS ANOS 1500 CONTINUA

■ CYNTHIA CASTRO

A crise humanitária Yanomami, que se escancarou aos nossos olhos no último mês, pela gravidade do momento atual – mas que está lá na Floresta Amazônica há décadas, invisível para quem não busca nem quer enxergar – nos remete aos anos 1500, quando os portugueses chegaram ao Brasil.

Naquela época, os indígenas brasileiros foram quase dizimados, em uma das maiores catástrofes demográficas da história da humanidade. Quando a esquadra de Pedro Álvares Cabral ancorou em terras brasileiras, no sul da Bahia, estima-se que houvesse entre 3 milhões e 4 milhões de indígenas no país. Trezentos anos depois, eles foram reduzidos a cerca de 700 mil, aproximadamente 20% do contingente original. E, hoje, são cerca de 900 mil, menos de um terço em relação a 1500.

Os números e informações estão em um capítulo do livro “Escravidão: Volume I”, do jornalista e escritor paranaense Laurentino Gomes, lançado pela Globo Livros. Na pesquisa histórica feita por ele, em 1808, quando a corte portuguesa chegou ao Rio de Janeiro, a população brasileira ainda era cerca de 3 milhões, mas a composição havia mudado. A maioria dos brasileiros passou a ser constituída de brancos de ascendência europeia ou de africanos e seus descendentes.

“O massacre indígena continua em andamento, na forma de morte física, conforme nós observamos, mas também na ocupação dos territórios, na devastação do meio ambiente. É uma população completamente sitiada”, disse Laurentino na

Após a chegada dos portugueses ao Brasil, a população indígena reduziu-se, em 300 anos, a 20% da original

500 anos depois, invasão de território causa destruição à vida e ao meio ambiente

“A ESCRAVIZAÇÃO DOS ÍNDIOS COMEÇOU IMEDIATAMENTE APÓS A CHEGADA DOS PORTUGUESES”

“Vários fatores contribuíram para o aniquilamento dos índios brasileiros [...] O principal motivo, porém, [...] foi o choque epidemiológico.”

“Com os europeus e os escravos africanos, chegaram à América moléstias até então desconhecidas entre os indígenas de todo o continente, como gripe, varíola, sarampo, rubéola, escarlatina, tuberculose, lepra, sarna, febre amarela e malária.”

“A introdução de animais domésticos, como bois, cavalos, cabras, porcos, galinhas, patos e cachorros, ajudou a transmissão dos germes e vírus.”

Fonte: Trecho extraído de: GOMES, Laurentino. *Escravidão: do primeiro leilão de cativos em Portugal à morte de Zumbi dos Palmares*, volume 1. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.

“Entre 1559 e 1562, uma epidemia de varíola varreu a costa brasileira. Na Bahia, matou mais de 70% de todos os índios aldeados nas fazendas dos jesuítas.”

“Capturavam-se índios de norte a sul do Brasil. A compra e a venda de cativos indígenas foram a primeira grande atividade de Campos de Piratininga, região da futura cidade de São Paulo.”

“Índios escravizados puderam ser observados no Brasil até o começo do século XVIII. A partir daí, foram sendo rapidamente substituídos pelos negros africanos.”

Equívoco

"A CULTURA COLONIALISTA AINDA É MUITO FORTE"

Frei Betto critica a ideia cultural equivocada de que habitantes de cidades são superiores aos indígenas

Para o escritor Frei Betto, a violência empregada pelos colonizadores ainda permanece no Brasil

"Massacre" é uma palavra presente na história dos povos originários, desde a chegada dos portugueses. Qual reflexão podemos fazer? A cultura colonialista ainda é muito forte', carregada de supremacismo. Dissemina essa ideia equivocada de que os homens são superiores às mulheres; brancos, aos negros; europeus, aos latinos; habitantes de cidades, aos indígenas etc. Isso serve de justificativa para que o "superior" possa oprimir, massacrar, exterminar o "inferior".

Qual paralelo você faria do que vivem os Yanomami hoje e o que os indígenas passaram no início dos anos 1500? Todas as nações indígenas do Brasil, sem exceção, continuam a sofrer a mesma violência empregada pelos colonizadores do século XVI. Talvez com uma única

diferença: já não se escravizam indígenas. A cultura colonialista não alcança o valor antropológico e socioambiental dos povos originários.

Falar do tratamento que os indígenas tiveram e ainda têm no Brasil é falar também de desumanização? Essa desumanização decorre do modo equivocado como os indígenas são vistos. Embora portadores de uma profunda cultura socioambiental, pelo fato de não exercerem o letramento, são tidos como ignorantes. A visão preconceituosa folcloriza os indígenas.

"Tom Vermelho do Verde" é um romance sobre um fato real que recupera a história dos indígenas Waimiri-Atroari. Quais massacres ocorreram ali? No romance "Tom Vermelho do Verde" (Rocco), descrevo como a ditadura massacrrou quase 2.000 Waimiri-Atroari ao rasgar a selva amazônica para abrir a rodovia 174, que liga Manaus a Boa Vista. E elenco os anteriores massacres ocorridos desde a chegada dos colonizadores portugueses. Este é um triste capítulo da história do Brasil pouco conhecido.

Por que é tão importante abordar histórias como essa, na literatura, no cinema e em outras expressões culturais? Porque os indígenas são nossas raízes, e o Brasil é das raras nações a contar com povos originários que preservam sua completa autonomia frente à sociedade branca, supostamente civilizada. Neles,

identificamos melhor o nosso passado como espécie humana e a empatia com a natureza.

O que o Brasil precisa para despertar em diferentes públicos, especialmente nas crianças, a importância da temática indígena? Divulgar obras como "Tom Vermelho do Verde", "Quarup" (Antonio Callado), "O Guarani" (José de Alencar), "Iracema" (José de Alencar), "A queda do céu" (Davi Kopenawa e Bruce Albert), "Olho d'Água" (Conceição Evaristo), "Kurumi Guaré no Coração da Amazônia" (Yaguarê Yamã), "Uala - O Amor" (que também é minha) e tantas outras.

O escritor e frade dominicano Frei Betto, nascido em Belo Horizonte, conversou com O TEMPO sobre os Yanomami e os outros povos originários. Conhecido pela sua trajetória de vida contra as injustiças sociais e autor de mais de 70 livros, ele lançou recentemente "Tom Vermelho do Verde", pela editora Rocco. O romance é uma denúncia histórica sobre o massacre dos Waimiri-Atroari nos anos 1970, quando o governo militar deu início à construção da BR-174, na região Norte. Na entrevista, Frei Betto, que também é jornalista, antropólogo, filósofo e teólogo, lembra que a violência empregada pelos colonizadores do século XVI continua até hoje.

Julho de 2020

O então vice-presidente Hamilton Mourão – presidente do Conselho Nacional da Amazônia Legal – recebe pedido para retirada dos garimpos ilegais de ouro no território Yanomami. Joenia Wapichana, hoje presidente da Funai, fazia parte da comitiva

Agosto de 2020

O ministro Luís Roberto Barroso, do STF, solicita criação de barreiras sanitárias para impedir entrada de terceiros nas terras indígenas como parte da ADPF 709

LÍNGUAS ORIGINÁRIAS TAMBÉM SÃO AMEAÇADAS

✱ Quando falamos de massacre dos indígenas, em diferentes frentes e ao longo de séculos, também podemos incluir nesse contexto a língua dos nossos povos originários. Uma das principais ameaças é a invasão de territórios, na avaliação do professor Fábio Bonfim, coordenador do Laboratório de Línguas Indígenas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Atualmente, são 180 línguas indígenas faladas no Brasil. Elas representam 15% das mais de mil que havia por aqui nos anos de 1500, segundo o professor. Ele lembra que políticas de preservação e registro da língua são importantes, mas não adiantam nada se os povos não têm

ARQUIVO PESSOAL



Professor Fábio Bonfim, coordenador do Laboratório de Línguas Indígenas da UFMG, na terra Arariboia, no Maranhão

o direito ao território, se são expulsos de suas terras. Situações que sempre ocorreram no Brasil, desde o início da colonização.

A preservação da cultura de um povo depende da preservação do seu idioma e de seu território originário, defende o professor. "Se a língua se perde, se perdem os conhecimentos tradicionais sobre a medicina, a culinária, as histórias, a cosmologia e os rituais", explica.

PERDA DE VALORES. Fábio Bonfim diz que, com o desaparecimento de línguas diferentes, são perdidos também valores intelectuais inestimáveis de uma determinada cultura. Para se ter uma ideia, antes da colonização portuguesa, havia entre 1.100 e 1.500 línguas no Brasil.

"Hoje, a América do Sul tem cerca de 500 línguas autóctones (natural do país ou da região), sendo 420 seriamente ameaçadas de extinção,

de acordo com o Atlas Mundial da Unesco das Línguas em Perigo", diz Bonfim. O Brasil é o país com maior variedade linguística da região, mas, ao mesmo tempo, é o onde há mais perigo de extinção.

Os indígenas que vivem no território Yanomami pouco falam português. De acordo com o Instituto Socioambiental, os Yanomami falam as línguas Ninan, Sanumá, Yanomán e Yanomami, dependendo de cada

grupo. Seus vizinhos, os Ye'kwana, falam Yekuana, da família linguística Karib, totalmente diferentes entre si. A língua Yanomami é bem estruturada e contém verbos, classificadores, adjetivos, entre outros. Os Yanomami vivem na região há cerca de 7.000 anos, e a língua tem 2.500, sendo 100% oral. Não há registro de nada escrito – ou seja, eles não têm anotações em paredes ou em outro tipo de material. (CC)

Apoio essencial

ASSOCIAÇÕES REENCHEM O VAZIO DO ESTADO

■ GABRIEL RODRIGUES
GABRIEL RONAN

As denúncias das mazelas do povo Yanomami que se somaram, nos últimos anos, até culminar na atual crise de saúde não partiram do governo. Elas foram divulgadas por associações, Organizações Não Governamentais (ONGs) e lideranças indígenas que, há décadas, preenchem lacunas deixadas pelo Estado e dependem, muitas vezes, de ajuda internacional.

“Mantemos uma ação muito rica em termos de parceria com as igrejas europeias. E também com organizações da sociedade civil da Europa. Não temos relação no nível político-financeiro com governos municipal, estadual nem federal”, diz Antônio Eduardo Cerqueira de Oliveira, secretário executivo do Conselho Indigenista Missionário (Cimi).

O conselho auxilia dois religiosos, que se revezam com outras duplas a cada três meses, na Missão Catrimani, em Roraima, em diálogo constante com os Yanomami. Fundado em 1972, na ditadura mi-

Denúncias sobre a tragédia Yanomami partiram de entidades sem elo com governos

As Forças Armadas montam, em Boa Vista, as cestas de alimentos doados em todo o Brasil

litar, o Cimi foi uma das organizações que divulgaram, na década de 90, a campanha nacional e internacional exigindo a demarcação das terras Yanomami – o que foi garantido em 1992, no governo Collor.

A ajuda internacional também é primordial para o Instituto Socioambiental (ISA), uma das maiores bases de informação sobre povos e terras indígenas do

Brasil desde os anos 90. A instituição terminou 2021, segundo seu relatório de transparência mais recente, com cerca de R\$ 106,1 milhões em saldo para aplicar em convênios e projetos – 74,5% dos recursos (R\$ 79 milhões) vieram de fontes internacionais. Ela atua nas regiões de rio Negro, Xingu, Vale do Ribeira e Amazônia e produz estudos para embasar decisões governamentais. O ISA contabiliza, em seu projeto Terras Indígenas, pelo menos outras duas ONGs que atuam diretamente na terra Yanomami e 11 organizações indígenas, como a Hutukara, protagonista nas atuais denúncias.

Oliveira, do Cimi, pontua que as entidades estão dispostas a atuar junto aos indígenas pelo tempo necessário, mas defende: “Temos que lutar para que o Estado assuma suas responsabilidades”.

DOAÇÕES. ONGs e associações também têm papel fundamental na arrecadação de doações para os Yanomami. A Ação Cidadania diz ter doado 117 toneladas de alimentos, comprados de fornecedores de Boa Vista (RR). São cestas adaptadas para atender a alimentação deles, como arroz, sardinha, farinha de milho (flocão), farinha d'água, leite em pó e sal. A associação enviou aos hospitais da região (da Criança e Casai) 900 kits de higiene, 300 fraldas infantis e geriátricas, roupas de cama e lavadora de roupas.

Já a Central Única das Favelas (Cufa) arrecadou mais de R\$ 1 milhão para atender a demanda de saúde urgente identificada nas regiões. Eles também enviaram a Roraima mais de 200 t de alimentos arrecadados em todo o Brasil. (Com Raquel Penaforte)

Hutukara Associação Yanomami

Pix 07.615.695/0001-65

O que é feito com as doações

A associação liderada por Davi Kopenawa Yanomami, escritor e líder político Yanomami, atua há 19 anos na linha de frente para garantir os direitos e a dignidade aos povos da Terra Indígena Yanomami.

Central Única das Favelas (Cufa)

Pix doacoes@cufa.org.br

Vakinha www.vakinha.com.br/3412341

App

No aplicativo iFood, é possível fazer a doação na hora de pagar o pedido ou na aba “Perfil”, clicando em “Doações”

O que é feito com as doações

O dinheiro arrecadado é usado na demanda de saúde urgente identificada por autoridades e lideranças regionais. Os alimentos arrecadados em todo o país são enviados para Roraima.

COMO AJUDAR

Onde fazer doações

ONG Ação Cidadania

Pix sos@acaodacidadania.org.br

Site www.acaodacidadania.org.br

App

No aplicativo iFood, é possível fazer a doação na hora de pagar o pedido ou na aba “Perfil”, clicando em “Doações”

O que é feito com as doações

São montadas cestas básicas adaptadas para atender à alimentação dos Yanomami, como arroz, sardinha, farinha de milho (flocão), farinha d'água, leite em pó e sal. Também são doados kits de higiene e fraldas infantis e geriátricas. A instituição vai doar ferramentas para que eles produzam/plantem o próprio alimento (tipo pá, enxada) e estuda uma forma de fornecer água.

FLÁVIO TAVARES/O TEMPO



Maio de 2021

2ª Vara da Justiça Federal dá dez dias para início da retirada de garimpeiros de território Yanomami e pede à União cronograma dos trabalhos

Agosto de 2021

Associação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) encaminha denúncia de genocídio e ecocídio para o Tribunal Penal Internacional (TPI) contra o governo Bolsonaro

Novembro de 2021

Ocupação da Unidade Básica de Saúde Indígena de Homoxi por garimpeiros



COMUNICAÇÃO É MOTOR DE LUTA

✱ Embora apareça fragilizado nas imagens que circulam sobre a atual crise, o povo Yanomami tem poder de articulação política. “Eles são um povo muito ativo. As ONGs não chegam até eles porque querem, mas porque são alianças de apoio que os Yanomami fazem. Eles são abertos a essas alianças, têm uma rede internacional de apoio que os fortalece”, explica a antropóloga e professora da Universidade de Brasília (UnB) Sílvia Guimarães, que conduz estudos com eles desde os anos 2000.

A comunicação é um dos motores de luta dos Yanomami. A Survival International surgiu no final dos anos 60 e, com doações, denuncia ameaças aos direitos de povos tradicionais ao redor do mundo. “A Survival trabalhou muito, nos últimos quatro anos, fazendo essa pressão internacional pela expulsão dos garimpeiros. Também organizamos viagens de indígenas à Europa para que eles possam pressionar”, explica a analista de mídia da Survival, Iami Gerbase. (GR/GR)

■ GABRIEL RONAN

Diante da comoção internacional por conta da crise humanitária na Terra Indígena Yanomami, em Roraima, diferentes países ao redor do mundo e a Organização das Nações Unidas (ONU) reuniram esforços para auxiliar o Brasil no socorro aos indígenas. Logo nas primeiras semanas da emergência, a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, anunciou que recursos do Fundo Amazônia seriam usados. O dinheiro vem, principalmente, da Alemanha e da Noruega, além de aportes da Petrobras. Ao mesmo tempo, entidades não governamentais reuniram esforços para auxiliar no suporte às vítimas.

“(O dinheiro será usado) na questão da saúde; no tratamento ao problema da grave situação de fome, que está assolando as comunidades; e na parte de segurança, para que essas pessoas possam ficar em suas comunidades. Isso tem a ver com operações de desintrusão do garimpo criminoso dentro dessas comunidades”, disse a ministra sobre o uso do Fundo Amazônia para socorrer os Yanomami.

Desde 2009, o Brasil recebeu 14 doações da Noruega para o Fundo Amazônia, citado por Marina Silva. O contrato inicial previa solicitação do BNDES ao país europeu a cada semestre, ou em menor período. Desde então, o contrato teve cinco aditivos, mas houve interrupção da transferência em dezembro de 2018. Até o momento, Oslo contribuiu com R\$ 3,186 trilhões para preservar o bioma brasileiro, recurso que é condicionado à redução das emissões de gases de efeito estufa devido ao desmatamento.

Já a Alemanha realizou cinco doações entre 2010 e 2017. O valor total é de R\$ 192 bilhões para financiar projetos. A Petrobras, por sua vez, repassou ao fundo R\$ 17,2 bilhões entre 2011 e 2018. As transferências pararam há quase cinco anos, apesar de a estatal ter batido recordes consecutivos de lucro diante do alto preço do petróleo no mercado internacional.

ONU E UNIÃO EUROPEIA. Ao mesmo tempo, a coordenadora residente da ONU no Brasil, Silvia Rucks, se reuniu com o novo ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania, Silvío Almeida, para entender as demandas de apoio do governo brasileiro. Em Nova York, o secretário geral, Stéphane Dujarric, havia afirmado que as Nações Unidas se comprometeram a reunir esforços de 12 agências da ONU para preparar “uma proposta de resposta integrada, oferecendo apoio imediato para atender às necessidades emergenciais da comunidade (Yanomami)”.

Outra contribuição internacional veio da União Europeia (UE). Em entrevista à TV Globo, o vice-presidente da Comissão Europeia e líder das negociações climáticas da UE, Frans Timmermans, disse que entre € 500 mil e € 750 mil (R\$ 2,7 milhões a R\$ 4,1 milhões) seriam repassados ao governo brasileiro para prestar apoio aos indígenas. O recurso, que vem do Departamento de Ajuda Humanitária da Comissão



Avião da FAB lança mantimentos sobre base das Forças Armadas que dá apoio aos Yanomami

Repercussão global

OS OLHOS DO MUNDO MIRAM A TRAGÉDIA

Recursos internacionais do Fundo Amazônia e da UE serão usados no socorro aos Yanomami, mas Brasil fica em xeque nas questões ambientais e de direitos humanos



Europeia, foi usado para ajuda médica e nutricional das vítimas da crise humanitária. “A União Europeia realmente quer fazer parte e levar infraestrutura para essas pessoas. Precisamos criar um futuro para elas, precisamos lutar contra o fato de elas estarem desesperadas nessa situação”, afirmou Timmermans.

RELAÇÕES INTERNACIONAIS. A relação do Brasil com outros países, historicamente, sempre foi sensível às

questões ligadas ao meio ambiente e à Amazônia. Diante do abandono dos Yanomami, Mario Schettino Valente, professor no Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), avalia que o país enfrenta esse tipo de problema já de maneira recorrente e que a situação atual cria embarras.

“Uma das principais questões do Brasil é a preservação ambiental. É onde está localizada a maior massa de floresta úmida do mundo, menos destruída que outros biomas do planeta. Isso é importante para a regulação do clima global. Se na década de 90 ainda era uma preocupação inicial, com as alterações climáticas e o aquecimento global, hoje essa preocupação é mais imediata”, disse Valente.

DIREITOS HUMANOS. O professor da UFMG ressalta outro ponto sobre o abandono dos Yanomami, que vai além da questão ambiental. “É sobre direitos humanos. As cenas que tivemos acesso nas últimas semanas são de uma gravidade muito grande, porque era um povo isolado até o fim do século XIX e início do século XX. A partir dos anos 1980, você tem, dentro do Regime Militar, uma tentativa de garantia de soberania na região. Há uma certa ausência do Estado e até uma convivência. Essa é uma preocupação internacional que começou a partir da Segunda Guerra por conta do Holocausto. É uma ideia em que os povos são responsáveis pelos seus próprios destinos, sem que forças externas ou guerras sejam usadas para pôr fim a um povo”, afirmou Valente.

INCERTEZA SOBRE APLICAÇÃO DE RECURSOS FREIA AJUDA EXTERNA

* Sobre o apoio internacional aparecer apenas após a divulgação das imagens dos Yanomami famélicos que chocaram o mundo, Mario Schettino Valente, professor no Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, entende que os países deixaram de repassar recursos ao Fundo Amazônia pela incerteza quanto à aplicação, durante a gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). “Agora, há uma mobilização maior por uma conjunção de fatores: o impacto que as imagens trazem e o fato de o governo divulgá-las, com a presença do presidente (Luiz Inácio Lula da Silva) in loco, o que atrai o holofote”, diz.

Já sobre a atuação da ONU, o especialista afirma que as Nações Unidas perderam força como ator político para promover a paz, o que se demonstra, por exemplo, com a nulidade das articulações do órgão para frear a invasão da Ucrânia pela Rússia. Ainda assim, o especialista acredita que a operação montada pela ONU com suas agências para socorrer os Yanomami pode servir para legitimar a existência do problema internacionalmente. “O know-how pode ser disponibilizado para resolver o problema e exercer as atividades necessárias para alívio do sofrimento do povo Yanomami”, projeta. (GR)

LINHA DO TEMPO

Abril de 2022

O então ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, recebe carta de 342 lideranças indígenas pedindo providências urgentes sobre crise de saúde em território Yanomami

Maio de 2022

O juiz Felipe Bouzada, da 2ª Vara de Justiça Federal, determina que a Força Nacional de Segurança garanta a reabertura da unidade de saúde de Homoxi e que União entregue cronograma para a retirada de garimpeiros

Mudanças climáticas

GUARDIÕES DA FLORESTA IMPEDEM DEGRADAÇÃO

Indígenas ajudam a frear desmatamento e são os mais afetados quando há destruição

GABRIEL RODRIGUES

“Na várzea, não tinha problema nas nossas bananeiras; agora elas crescem miúdas, e não dá nem para vender”, descreve uma mulher de 57 anos, da etnia Ticuna, que vive no Amazonas e foi obrigada a abandonar a área onde morava devido a secas e enchentes nas últimas décadas. “Não sabemos mais quando começa o verão nem o inverno. Na época em que era para o rio estar cheio, ele está seco. O rio está muito diferente, os peixes estão cada vez mais difíceis”, diz outro Ticuna, de 53 anos.

São relatos de quem assiste de perto a um cenário arrasador na Amazônia, comprovado por dados. Só em 2022, a floresta perdeu uma área de vegetação equivalente a 3.000 campos de futebol por dia, 10,5 mil quilômetros quadrados desmatados, recor-

de da série histórica iniciada em 2008, segundo o Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon). A floresta sofre também com outros tipos de degradação, como seca e incêndios, que afetam quase 40% do território, segundo pesquisa publicada em janeiro na revista “Science”.

Comunidades que vivem da agricultura e da pesca sentem os efeitos das mudanças climáticas globais mais rápido e de forma mais evidente do que quem habita grandes cidades. Ao mesmo tempo, elas são guardiãs da floresta e impedem que o desmatamento na Amazônia e em outros biomas seja maior. Os Territórios Indígenas (TIs) são algumas das principais barreiras contra o desmatamento no país. Em 30 anos, 20,6% da vegetação nativa foi desmatada em terras não indígenas, e as TIs perderam 1%, de acordo com o MapBiomas.

De 2001 a 2021, as florestas que ficam em terras indígenas removeram, juntas, 340 milhões de toneladas de dióxido de carbono (CO₂) da atmosfera, o equivalente ao que o Reino Unido, quinta maior economia do mundo, emite anualmente, segundo a ONG internacional World Resources Institute (WRI Brasil). Por outro lado, devido ao desmatamento, as florestas fora da administração indígena foram uma fonte de CO₂ na atmosfera no mesmo período e liberaram cerca de 270 milhões de toneladas do gás, o que equivale às emissões anuais de combustíveis fósseis de toda a França.

IMPACTOS PODEM SER MUNDIAIS

A Amazônia, junto às florestas tropicais do Sudeste da Ásia e do continente africano, é uma turbina de um avião em pleno voo, compara o climatologista e membro da Academia Mundial de Ciências José Marengo. “Se alguma dessas áreas desaparece e desliga a turbina de um dos motores, os impactos não são só nelas, podem ser mundiais”, diz.

Não se podem atribuir as chuvas que alagam cidades em Minas Gerais diretamente à destruição

da Amazônia, explica ele, mas a perda de vegetação na floresta contribui para desequilibrar o clima de todo o país — e do mundo —, aumentando a ocorrência de eventos climáticos extremos.

máticas — os depósitos que aparecem no início deste texto foram registrados em seus estudos.

Há anos, o líder Davi Kopenawa Yanomami, um dos maiores nomes da causa indígena no país, denuncia que as mudanças climáticas são evidentes para o seu povo, já que as chuvas, por exemplo, tornaram-se mais imprevisíveis. O climatologista José Marengo, coordenador geral de Pesquisa e Desenvolvimento do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden) e membro da Academia Mundial de Ciências, pontua que algo está ocorrendo com o clima. “No caso dos Yanomami, além disso, você polui os rios, cada vez mais rasos, com o garimpo. A ação humana está piorando os efeitos das mudanças climáticas”, conclui.

O governo federal anunciou o plano de zerar o desmatamento — ilegal ou não — na Amazônia até 2030.

CHUVA. “Os períodos de chuva estão desregulados. É importante pensar em ações de longo prazo para garantir a soberania e a segurança alimentar desses povos e pensar em sementes e locais de plantio de roça que se adaptem às novas realidades”, avalia a coordenadora da agenda indígena do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), Martha Fellows. Também há perda de plantas medicinais. A bióloga e pesquisadora do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa) Maiana Lagos avalia que os indígenas são, muitas vezes, invisibilizados nos debates. Ela pesquisou a percepção dos povos Ticuna sobre as mudanças cli-

Outubro de 2022

Denúncia de desvio de medicamentos destinados a distrito Yanomami. Pelo menos 10 mil crianças ficaram sem remédios. Coordenador distrital de saúde é exonerado

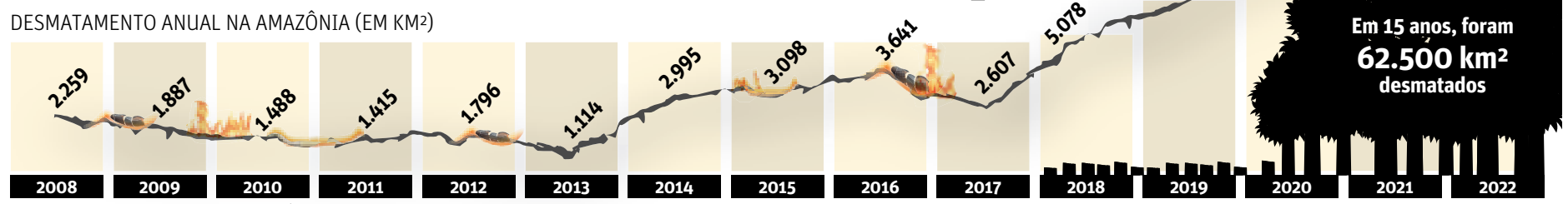
Novembro de 2022

Polícia Federal e Ministério Público Federal fazem operação contra os acusados de desviar remédios de crianças Yanomami

LINHA DO TEMPO

DESMATAMENTO NO BRASIL

Emissões de CO₂ são maiores em áreas não indígenas



Força coletiva

O "COCAR FEMININO"
CHEGA AO PODER

Três mulheres indígenas estão à frente de cargos estratégicos da política no país

■ RAQUEL PENAFORTE

Três mulheres. Três etnias. Três indígenas. Em 2023, Sonia Guajajara, Célia Xakriabá e Joenia Wapichana realizam um feito inédito: passam a ocupar, ao mesmo tempo, espaços de extrema relevância na política e na história do Brasil. Pela primeira vez, três mulheres líderes de povos indígenas assumem, juntas e em diferentes órgãos e instituições, cargos significativos para o contexto social e ambiental.

Sonia é a primeira indígena a chefiar um ministério (a pasta dos Povos Indígenas também é nova, foi criada em 2023). Célia é pioneira como deputada federal indígena eleita por Minas Gerais; e Joenia se tornou a única presidente mulher e indígena da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), ao longo de décadas. Elas chegam com o desafio de despertar um novo olhar sobre a urgência de proteger os povos originários. "A partir de agora, essa invisibilidade não pode camuflar nossa realidade. Estamos aqui de pé para mostrar que não iremos nos render", afirmou Sonia no dia da posse como ministra. Ela criticou o que chamou de "plano de genocídio dos povos indígenas" e destacou como essa população ficou vulnerável diante dos avanços do garimpo ilegal e da falta de políticas públicas contra a Covid-19. Sobre a crise Yanomami, Sonia defendeu a ação continuada envolvendo diferentes órgãos. "É a retomada da presença do Estado no território. E é preciso que seja um trabalho articulado com vários ministérios. Por isso foi ins-

taurada uma comissão de enfrentamento. A ideia é que o Ministério da Defesa permaneça ali, com essa presença de fiscalização, juntamente com o Ministério da Justiça, com a Polícia Federal, garantindo a estrutura das aeronaves para o monitoramento. Não é um trabalho pontual", disse, em entrevista à Empresa Brasil de Comunicação (EBC). Alguns compromissos da pasta são garantir aos indígenas acesso à educação e à saúde, demarcar territórios e combater as mortes. Segundo Sonia, a crise Yanomami "é uma pontinha do iceberg, diante de tantos casos que estão ainda invisibilizados" no país.

DEMARCAÇÃO. Sobre a demarcação de terras indígenas – uma das maiores urgências dos povos originários –, Sonia Guajajara afirmou que há 14 processos prontos para homologação pelo governo federal. São áreas localizadas em oito Estados. "Temos 14 processos identificados, que estão com os estudos prontos, concluídos, já têm a portaria declaratória. A gente espera que o presidente Lula possa assinar a homologação", disse. Essas terras prontas para o reconhecimento definitivo ficam no Ceará, Bahia, Paraíba, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Acre, Amazonas e Mato Grosso.

SONIA
GUAJAJARA

É a primeira deputada federal indígena eleita pelo Estado de São Paulo, em 2022, com mais de 150 mil votos. Assume o Ministério dos Povos Indígenas, que terá a missão de defender os cerca de 900 mil povos originários. Pertencente ao povo Guajajara/Tentehar, Sônia Bone de Sousa Silva Santos nasceu em 1974, na terra indígena Arariboia, no Maranhão. É formada em letras e em enfermagem pela Universidade Estadual do Maranhão (Uema) e pós-graduada em educação especial. Também foi coordenadora executiva da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), além de ser membro do Conselho da Iniciativa Inter-Religiosa pelas Florestas Tropicais do Brasil (programa das Nações Unidas). Em 2022, foi eleita pela revista norte-americana "Time" uma das 100 pessoas mais influentes do mundo.

JOENIA
WAPICHANA

Ex-deputada federal pela Rede Sustentabilidade, de Roraima, é advogada e a primeira mulher indígena a assumir a presidência da Funai, em 55 anos de história da fundação. A Funai é o órgão federal responsável pela política indigenista brasileira, que tem como objetivo a proteção e promoção dos direitos das diferentes etnias do país. Joenia Batista de Carvalho, pertencente ao povo indígena Wapichana, nasceu em abril de 1973, na comunidade Truaru da Cabeceira, região do Murupu, em Boa Vista (RR). "A Funai foi bastante desmantelada, sucateada. Houve muita falta de investimento, principalmente no sentido de ser um órgão responsável por mais de 14% do território brasileiro, principalmente em relação à demarcação e invasão de terras indígenas."

CÉLIA XAKRIABÁ

Eleita como deputada federal pelo PSOL, em Minas, com 101.154 votos, Célia Nunes Correa é da terra indígena Xakriabá. Nasceu em 1990, em Itacarambi (Norte de Minas). Integrou a primeira turma de educação indígena no Curso de Formação Intercultural para Educadores Indígenas, pela Universidade Federal Minas Gerais (UFMG), e se tornou mestre em desenvolvimento sustentável na área de concentração em sustentabilidade junto a povos e terras tradicionais pela Universidade de Brasília (UnB). É doutoranda em antropologia na UFMG. Promete um trabalho em parceria com o de Sonia. "Estamos articuladas e preparando esse encontro para pensarmos juntas o futuro da bancada do cocar: no Congresso, Funai, ministério e Sesai. É a força coletiva das mulheres indígenas!"

Recursos escassos

EM UMA DÉCADA, VERBA DA FUNAI DESPENCA 41%

FRED MAGNO/OTEMPO



Ao longo dos anos, direitos territoriais e direitos à cultura e aos modos de vida dos indígenas foram atacados

Especialista alerta que crise não é só orçamentária, mas também político-institucional

GABRIEL RONAN
Um orçamento que despencou de R\$ 1,1 bilhão em 2013 para R\$ 645 milhões neste ano – queda de 41% em uma década. Essa é a realidade da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) nos últimos anos: um verdadeiro desmonte, que tem a tragédia humanitária na Terra Indígena Yanomami e os assassinatos do indigenista Bruno Pereira e do jornalista

britânico Dom Phillips, durante uma expedição marcada por ameaças na Amazônia, como ápices do descaso.

Os dados, compilados pela reportagem por meio da Lei Orçamentária Anual (LOA), mostram que o orçamento da Funai não apresenta crescimento real desde 2018, já considerando o reajuste pela inflação medida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A LOA traz o orçamento da Funai discriminado desde 2004, quando Luiz Inácio Lula da Silva (PT) destinou R\$ 584,44 milhões à fundação e desvinculou seu repasse na lei do Ministério da Justiça. O maior aporte para o órgão foi há dez anos – R\$ 1,1 bilhão no governo de Dilma Rousseff (PT). Em 2016, porém, diante do encolhimento da economia no ano anterior, a petista destinou R\$ 730,54 milhões – queda de quase 30% em relação ao exercício de 2015.

TETO DE GASTOS. Durante a administração de Michel Temer (MDB), o orçamento da Funai voltou a crescer, batendo R\$ 911,01 milhões em 2018, a

partir dos ajustes por causa da PEC do Teto de Gastos, que congelou o Orçamento público. No entanto, desde que Jair Bolsonaro (PL) assumiu o governo federal, os recursos para a Funai despencaram. Dos R\$ 645,94 milhões empenhados pela União para financiar o funcionamento da Funai em 2023, a maior parte do dinheiro (R\$ 396 milhões), cerca de 60%, vai para o pagamento dos servidores e de encargos sociais de pessoal. Para investimentos, a fundação fica com apenas R\$ 22,7 milhões (3,5% do total).

DIREITOS ATACADOS. “A crise dos Yanomami não se restringe à crise orçamentária. Ela se refere a uma crise político-institucional geral que a gente vive há muito tempo. Os direitos territoriais foram atacados, os direitos à cultura e aos modos de vida também, em função de uma ideia de desenvolvimento absolutamente ultrapassada e retrógrada”, diz Frederico Barbosa, técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Disoc-Ipea). Em 2020, ele e a pesquisadora Isabella Lunelli publicaram o estudo “Desafios e limitações aos direitos e políticas públicas voltadas aos povos indígenas no Brasil”, que mergulhou nas contas da Funai.

“Os recursos da política indigenista estão dispersos em vários órgãos. A Funai é um deles. Há recursos na assistência social, no Ministério do Meio Ambiente, na educação e também na saúde. Se a gente fizer uma comparação intertemporal, há uma perda significativa de recursos de toda essa rede (nos últimos anos)”, diz Barbosa.

ENTREVISTA

Sydney Possuelo, 82, foi presidente da Funai entre 1991 e 1993, época em que a Terra Indígena Yanomami (TIY) foi demarcada.

O que ocorreu para a situação dos Yanomami chegar a essa calamidade?

A Funai vem passando por uma situação delicada há anos, mas foi completamente desmontada. Eles não têm gente, dinheiro, nem pessoal de campo. Povos mais distantes e menos aculturados, como os Yanomami, dependem exclusivamente da natureza. Se destruímos seu habitat, eles sofrem e adoecem.

O que deve ser feito de imediato para socorrê-los? O socorro emergencial já está sendo feito. O importante é que essa ação militar não seja passageira. É preciso recuperar a saúde dos índios, suas grotas, e elaborar um plano para diminuir o mercúrio dos rios.

Em médio e longo prazo, o que deve ser feito? De cara, tem de ser instalado um sistema eficaz sobre a terra indígena. O Brasil tem um ótimo sistema de vigilância, com satélites, e todos os equipamentos já existem. É uma questão de decisão política.

A sociedade brasileira, em geral, parece não reconhecer a temática indígena como relevante e como sua.

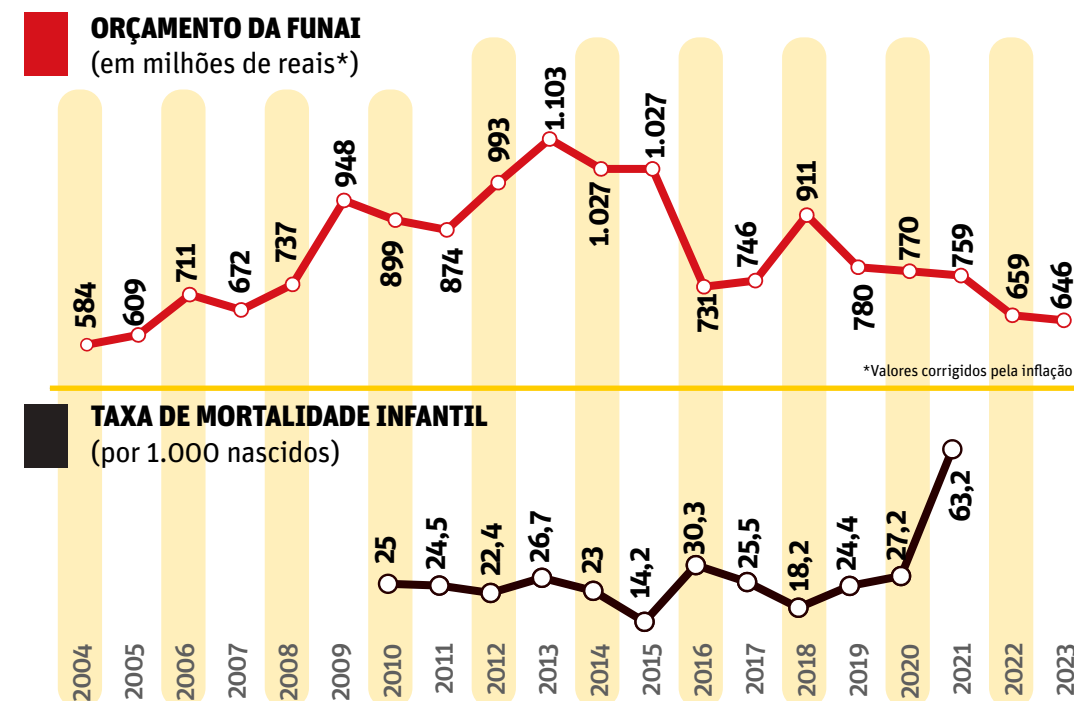
Os índios necessitam que o brasileiro seja informado sobre sua situação. Historicamente, essa relação nunca foi 100% boa. Os vários governos

brasileiros – alguns piores, outros menos ruins –, todos sempre mantiveram distância e menosprezo aos povos, como até hoje. A sociedade brasileira não absorve os povos autóctones e coloca sobre os índios uma série de pechas, como preguiçosos e empecilhos para o desenvolvimento. Essa narrativa, reforçada ao longo dos anos, é uma falta de respeito com essas pessoas que estavam aqui muito antes de nós. Então os desenvolvimentistas reclamam do indígena ficar na terra e não produzir, não arar, não explorar. Inventamos várias mentiras sobre os povos indígenas para justificar nosso olhar sobre eles. No fim, a questão é sobre a terra.

O que o senhor acha de, pela primeira vez, o Brasil ter um ministério para indígenas e mulheres à frente dessa pasta e da Funai? Fiquei emocionado. Me emocionou também a posse do presidente Luiz Inácio, subindo a rampa do Planalto ao lado do cacique Raoni. São acontecimentos importantíssimos, que dão início a uma nova página na história dos povos indígenas brasileiros. Espero que dê tudo certo. **(Cristiana Andrade)**

RECURSOS CAEM, E MORTES CRESCEM

A mortalidade infantil entre os povos indígenas aumenta à medida que cai a verba para a Funai



FONTES: LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA) E DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO À SAÚDE INDÍGENA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE

FORÇA-TAREFA DO PLANALTO

Veja o papel de cada ministério que faz parte do Comitê de Coordenação Nacional para Enfrentamento à Desassistência Sanitária das Populações em Território Yanomami e outras ações das pastas na emergência

COMITÊ DE COORDENAÇÃO NACIONAL

CASA CIVIL

Ministro: Rui Costa (PT)

Ação: Coordenação do comitê

MINISTÉRIO DE GESTÃO E INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS

Ministra: Esther Dweck (sem partido)

Ação: Pesquisa e escolha de empresa responsável por enviar 63 toneladas de alimentos

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Ministra: Nísia Trindade (sem partido)

Ação: Todas as ações de saúde para prestar assistência sanitária e nutricional aos Yanomami, a partir do Centro de Operação de Emergências em Saúde Pública (COE), coordenado pela Secretaria de Saúde Indígena (Sesai)

MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS

Ministro: Sonia Guajajara (PSOL)

Ação: Distribuição de alimentos, apuração de dados sobre a desassistência e articulação para demarcação de 14 áreas indígenas. Participou de reuniões para discutir o socorro aos indígenas Yanomami

MINISTÉRIO DA DEFESA

Ministro: José Múcio (sem partido)

Ação: Envio das Forças Armadas (Marinha, Aeronáutica e Exército) para Roraima com o objetivo de diagnosticar e combater o garimpo ilegal. Além disso, restrição do espaço aéreo nos arredores dos Yanomami

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

Ministro: Flávio Dino (PSB)

Ação: Abertura de inquérito, por meio da Polícia Federal (PF), para apurar crimes ambientais e de genocídio contra os Yanomami

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME

Ministro: Wellington Dias (PT)

Ação: Promoveu reuniões com autoridades e ONGs para garantir doação de alimentos aos Yanomami. Com a Ação Cidadania, conseguiu 17 toneladas de comida

AÇÕES MINISTERIAIS FORA DA COMISSÃO

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Ministro: Marina Silva (Rede)

Ação: Garantiu o uso do Fundo Amazônia, criado em 2008 e com contribuições da Alemanha e da Noruega, para financiar o socorro aos Yanomami

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Ministro: Silvío Almeida (sem partido)

Ação: Visitou a Terra Indígena Yanomami e apontou, por meio de um relatório, 22 suspeitas de omissão do governo passado no tratamento aos indígenas

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

Ministro: Alexandre Silveira (PSD)

Ação: Reforçou o fornecimento de energia elétrica para Polos-Base de Atendimento à Saúde e Bases de Proteção Etnoambiental localizados na Terra Indígena Yanomami

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Ministro: Juscelino Filho (União Brasil)

Ação: Disponibilizou, por meio da Telebras, internet banda larga para auxiliar as equipes humanitárias



O QUE É:

- Programa criado em novembro de 2011, durante o governo Dilma Rousseff (PT), que mobiliza diferentes atores de saúde para prestar assistência em graves crises, quando a capacidade de resposta do Estado ou município está esgotada
- Entra em ação quando há um decreto de emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (Espin) em vigor, justamente o caso da crise Yanomami desde 21 de janeiro

LINHA DO TEMPO

Novembro de 2022

Procuradores do MPF de Roraima, Alisson Marugal e Matheus de Andrade Bueno, enviam carta à equipe de transição denunciando que nível de mercúrio nos rios é 8.600% superior ao aceitável para consumo humano e risco de genocídio

Dezembro de 2022

Unidade de saúde de Homoxi é incendiada



Milton Nascimento

'YANOMAMI É VIDA'

■ ALEX BESSAS

“Muitos séculos atrás, os Yanomami já sabiam que a Terra era azul, encoberta por uma camada frágil de azul que deveria ser tratada com muito carinho. Mas a gente teve de ouvir isso anunciado pelo astronauta soviético Iuri Gagarin para acreditar, isso tanto tempo mais tarde. E, há muitos anos, Davi Kopenawa Yanomami nos alertou para o perigo de um buraco no céu, e só muitos anos depois nossos cientistas descobriram o buraco na camada de ozônio. Este é o povo que a nossa chamada civilização quer destruir, mas não vão conseguir, porque Yanomami é vida”.

Ainda que possa surpreender, o fato de esse discurso continuar a parecer atual é ilustrativo de como os Yanomami, assim como outros povos indígenas, têm enfrentado a ameaça do fim de seus mundos dia após dia ao longo dos últimos séculos. Na verdade, contudo, esse chamado à razão já tem mais de 30 anos. As palavras são de Milton Nascimento, em um show realizado, possivelmente, segundo a assessoria do artista, durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, também conhecida como Eco92, sediada no Rio de Janeiro, em 1992.

À época, a sociedade brasileira acompanhava a luta e os debates em torno do projeto de demarcação do Território Indígena (TI) Yanomami. A medida foi concretizada naquele mesmo ano, buscando dar fim à drástica situação vivenciada na região após os contatos com os brancos patrocinados por políticas de incentivo da ditadura militar, sobretudo a partir de 1970, e da invasão de garimpeiros na década seguinte.

Dando mostras de que, além de ser um dos povos que mais conservaram costumes e rituais próprios, essa população também soube se fazer presente na cultura não indígena, influenciando o pensamento, a arte, a culinária e a cultura nacionais, Bituca interpretou a música “Yanomami e Nós” logo na sequência daquele discurso, hoje histórico. “Ter de resistir à dor, à dor/ Sem compreender porque há dor, há dor”, dizem os primeiros versos da composição, uma parceria com Fernando Brant (1946-2015) que ocupa a sétima faixa do disco “Txai”, de 1990 – trabalho que nasceu a partir de uma expedição à Amazônia e fez parte de uma campanha mundial de apoio à Aliança dos Povos da Floresta, coordenada pela União das Nações Indígenas e pelo Conselho Nacional dos Seringueiros.

“Logo na abertura do álbum, temos a faixa experimental ‘Overture’, na qual Davi Kopenawa profere um texto na língua de seu povo, os Yanomami, enquanto Milton Nascimento canta ao fundo o tema composto para o Ballet David Parsons, criando assim uma base melódica para o líder indígena”, descreve o pesquisador Francisco Espasandín Arman Neto na resenha “Txai”, de Milton Nascimento: um sopro de vida em meio ao ódio”, publicada em 2020.

Há mais de 30 anos, Bituca lançou “Txai”, o disco que nasceu de expedição à floresta



Parceria de Milton e Fernando Brant traz música “Yanomami e Nós”, que fala de ter de suportar viver a dor sem merecer a dor

MOSTRA DE TIRADENTES EXIBE FILME DE MULHERES

✱ Em janeiro deste ano, o primeiro filme produzido por mulheres da etnia Yanomami, “Thuë Pihi Kuuwi – Uma Mulher Pensando” foi exibido na 26ª Mostra de Cinema de Tiradentes, em janeiro deste ano. Com nove minutos de duração, o curta-metragem se desenrola a partir de reflexões de uma mulher indígena sobre a relação de um xamã com yâkona, o rapé

ritualístico que inicia o indígena no conhecimento de seu povo e possibilita o adentrar do mundo dos espíritos ancestrais.

A obra é assinada e dirigida por Aida Harika Yanomami, Roseane Yariana Yanomami e o xamã Edmar Tokorino Yanomami, sendo parte de um projeto maior capitaneado pela produtora Aruac Filmes, que desde 2002 investe em trabalhos autorais de sócios e parceiros no segmento audiovisual com temas relacionados à Amazônia brasileira.

Diga-se, enquanto rodou as filmagens de “A Mulher Pensando”, o trio gravou também o curta “Yuri Uxêa Tima Thê – A Pesca com Timbó”. Simultaneamente, Morzaniel ramari, o primeiro cineasta yanomami, filmou um terceiro filme, “Mári Hi – A Árvore do Sonho”. Essas duas últimas produções, aliás, estrearam no dia 3 de fevereiro no museu The Shed, em Nova York, nos Estados Unidos, integrando a exposição The Yanomami Struggle, de Claudia Andujar, artista visual que, de 1971 a 1977, desenvolveu um extenso projeto fotográfico com o povo Yanomami.

Agora, a próxima empreitada da Aruac



Cena do curta “Thuë Pihi Kuuwi: Uma Mulher Pensando”, primeiro filme dirigido e filmado por mulheres do povo Yanomami

DIVULGAÇÃO / ARUAC FILMES

Filmes é lançar, em 2024, um longa-metragem encerrando o projeto, que vem sendo chamado de “A Queda do Céu”, título homônimo do livro do xamã Davi Kopenawa e do etnólogo Bruce Albert.

Contente com a recepção do curta em Tiradentes, Edmar Tokorino Yanomami se disse realizado diante de uma audiência não indígena que se mostrou atenta à exibição. “Fico feliz que nossa mensagem tenha chegado a todos e que mais pessoas vejam nosso povo não só na dor, como também na beleza”, garantiu em uma entrevista por videochamada. Na conversa, Tokorino Yanomami falou so-

bre a crise humanitária que seu povo volta a enfrentar. “Estou pensando muito e estou muito triste. Estamos todos sofrendo, precisamos de ajuda. A nossa saúde... Estamos frágeis, convivendo com epidemias”, lamentou. “O ex-presidente do Brasil deixou muita coisa ruim para o nosso povo. Há pessoas que querem acabar com o povo da floresta. Os invasores querem destruir nossa saúde. E, por isso, precisamos de ajuda”, conclamou. (AB)

LINHA DO TEMPO

20 de janeiro de 2023
Decreto de Emergência de Saúde Pública em território Yanomami

21 de janeiro de 2023
O Ministério da Justiça pede abertura de inquérito da Polícia Federal para investigar genocídio

23 de janeiro de 2023
Início de cadastro de voluntários para a Força Nacional do SUS

Carlos Drummond de Andrade

"NÃO DEIXEM ACABAR COM OS YANOMAMI"

■ ALEX BESSAS

O discurso de Milton Nascimento durante show realizado há mais de três décadas é apenas um exemplo de como vozes não indígenas precisaram se contrapor publicamente à violência branca dirigida a essa população. Ainda em 1979 – portanto, há 44 anos –, era Carlos Drummond de Andrade (1902-1987) quem se dedicava a defender os Yanomami em um texto publicado no caderno “Ilustrada”, da “Folha de S. Paulo”.

Na coluna, que voltou a ser compartilhada e viralizou nas redes sociais no mês passado, quando veio à tona a dimensão da crise humanitária enfrentada pelos indígenas da etnia, o poeta e cronista chamava os brasileiros à ação em prol da instituição do Parque Indígena Yanomami em área comum ao Território de Roraima e ao Estado do Amazonas.

“Esta é a única maneira de salvar a comunidade social e cultural desses homens, mulheres e crianças que desde 1974 vêm sofrendo as consequências do processo de expansão econômica da Amazônia em sua parte negativa, sem se beneficiar com suas possíveis vantagens. A abertura da Perimetral Norte, BR-210, sem os necessários cuidados de saúde, levou àquela região gripe, sarampo, tuberculose, moléstias de pele e doenças venéreas”, escreveu ele na crônica “Não deixem acabar com os Yanomami”, que se inicia convidando os leitores à tomada de consciência. “Os Yanomami correm no momento um grande risco e estão precisando de você. Não é necessário voar até lá para ajudá-los. Basta, primeiro, que você tome conhecimento da existência deles, do modo de viver que lhes é peculiar, e da situação que enfrentam, sem garantias e sem possibilidade de autodefesa”, pontuou.

VOZ ATIVA. Professor de teoria da literatura da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Roberto Said lembra que, naquele período, Drummond se colocava como uma espécie de intelectual público. “Nas décadas de 1970 e 1980, ele já é um escritor de gigantesca popularidade, sendo muito lido não só pela elite cultural do país, como também pela classe média. Dessa forma, suas crônicas em jornais, que eram o veículo de informação mais popular em uma era pré-redes sociais, têm grande ressonância. Não foram poucas as vezes que

textos dele obrigaram autoridades a vir a público prestar esclarecimentos, se posicionar. E Drummond falava ali de temas que eram sensíveis para o Estado, como a censura, a repressão e questões sociais e ecológicas”, contextualiza.

Roberto Said lembra também que o itabirano foi uma ativa voz contra a indústria predatória da mineração, criticando especialmente a atuação em Minas Gerais da então Companhia Vale do Rio Doce, hoje apenas Vale. Não por acaso, na mesma publicação, Drummond faz críticas à atuação da mineradora.

“Em 1978, é a Cia. Vale do Rio Doce, que devia ficar quietinha em Itabira, Minas, cuidando de seus interesses locais, que se apresta para extrair a cassiterita (tipo de minério encontrado na região), antes explorada ilegalmente pelos garimpeiros. Anuncia-se a próxima chegada de 300 funcionários da empresa, sem que se cogite a vacinação prévia dos 3.800 Yanomami. E a Perimetral Norte vai prosseguir, fornecendo espaço à colonização. Topógrafos percorrem o território Yanomami, demarcando lotes em terras inofismavelmente pertencentes aos índios”, anotou.



Em crônica de 1979, o poeta mineiro, de Itabira, chama os brasileiros a olhar para esses nossos povos

POETA LEMBRA QUE SANGUE INDÍGENA ESTÁ EM TODOS NÓS

■ À época da publicação do texto “Não deixem acabar com os Yanomami”, no jornal “Folha de S. Paulo”, várias discussões acerca do reconhecimento de um parque territorial para a etnia já estavam em curso. “Tínhamos, então, posições muito parecidas com as de hoje. De um lado, havia aqueles que consideravam os Yanomami como um entrave a certo entendimento de progresso, sobretudo por inviabilizar o interesse na exploração de minério naquele território. De outro, tínhamos religiosos, principalmente ligados a uma ala progressista da Igreja Católica, antropólogos, indigenistas e figuras internacionais que defendiam a criação desse parque e que formaram uma comissão, da qual Drummond fazia parte”, detalha o professor de teoria da literatura da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) Roberto Said.

SEM SORTE

O professor sinaliza que a coluna em defesa daquela população Yanomami não era um ponto fora da curva na história do poeta Carlos Drummond de Andrade. “Há, inclusive, um texto ainda mais forte em que ele volta a falar da causa indígena. É em ‘O Yanomami Sem Sorte’, texto publicado no ‘Jornal do Brasil’”, afirma Roberto Said.

Nesse outro texto, explica, além de voltar a dar mostras de sua consciência ecológica, é interessante como Drummond se coloca na primeira pessoa, chegando a escrever: “Vocês que vão invadir o nosso território”. O professor diz que todos os brasileiros têm sangue indígena e adverte que a questão Yanomami não está restrita a uma pequena comunidade.

Ele acrescenta ainda que, nos anos 1980, a etnia era a maior nação indígena com menos contato com brancos e a que preservava um número mais significativo de rituais. (AB)



Texto publicado pela Folha de S. Paulo no dia 2 de agosto de 1979

OTEMPO

YANOMANI